

2024



RELATÓRIO DE GESTÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA
EXERCÍCIO 2024

FICHA TÉCNICA

Elaboração:
Secretaria de Planejamento e Orçamento

Secretário de Planejamento e Orçamento
Rafael Figueiredo Martins Dias

Planejamento, Pesquisa e Realização:
Patricia Flores da Cunha Vasconcellos

Fotos:
Superintendência de Comunicação – ALE

Revisão:
Rafael Figueiredo Martins Dias

Sumário

1	Governança da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO)	3
1.1	Mensagem do Presidente	3
1.2	Apresentação	4
1.3	A Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO)	4
1.4	Finalidades e Competências da ALERO	6
1.5	Diretrizes Estratégicas	6
1.6	Estrutura Organizacional	8
2	Resultados e Desempenhos da Gestão	12
2.1	Avaliação do Resultado Orçamentário e Fiscal	13
2.1.1	Resultado Orçamentário	13
2.1.2	Resultado Fiscal	16
2.2	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	16
2.2.1	Programa 0000 – Operações Especiais	16
2.2.2	Programa 1006 – Aperfeiçoamento da Gestão do Poder Legislativo	17
2.2.3	Programa 1020 – Apoio Administrativo do Poder Legislativo	23
2.2.4	Programa 2126 – Poder Legislativo em Ação	24
2.3	Ações e Destaques do Poder Legislativo	28
2.4	Política de Gestão de Pessoas e Terceirização de Mão-de-Obra	59
2.4.1	Estrutura da Força de Trabalho	59
2.4.2	Recrutamento, Seleção e Treinamento	59
2.4.3	Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal	61
2.4.4	Avaliação de Desempenho e Reconhecimento	61
2.4.5	Terceirização de Mão de Obra	62
2.4.6	Custo com Pessoal e Gestão Orçamentária	63
3	Conclusão	65

1 Governança da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERD)

1.1 Mensagem do Presidente

Prezados cidadãos rondonienses,

É com grande honra que apresentamos o Relatório de Gestão da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERD) referente ao exercício de 2024. Este documento reflete o compromisso contínuo do Poder Legislativo com a transparência, a responsabilidade institucional e a busca pelo aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

A gestão que ora se encerra desempenhou um papel fundamental na consolidação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento do nosso Estado e à promoção de uma atuação parlamentar responsável, eficiente e alinhada às necessidades da população. Com a reestruturação de processos, fortalecimento do diálogo com a sociedade e ampliação da participação cidadã, a Assembleia Legislativa reafirmou sua posição como um espaço democrático e de construção coletiva.



Agora, reassumindo a Presidência da ALERD para o biênio 2025-2026, temos o compromisso de dar continuidade a esse trabalho, aprimorando ainda mais os mecanismos de transparência, fiscalização e produção legislativa. O nosso foco será fortalecer a proximidade entre o Parlamento e a sociedade, promovendo iniciativas como as Assembleias Itinerantes, que levarão os serviços legislativos a todas as regiões do Estado, em parceria com demais órgãos e instituições.

Este relatório, mais do que um balanço das atividades legislativas, representa um legado de dedicação e esforço conjunto de todos os parlamentares e servidores da Casa. Convidamos cada cidadão a conhecer este documento e acompanhar de perto a atuação da Assembleia Legislativa, pois é com a participação ativa da sociedade que podemos construir um futuro mais justo, desenvolvido e inclusivo para Rondônia.

Agradecemos a confiança de todos e reafirmamos nosso compromisso com uma gestão pautada pelo diálogo, pela ética e pela defesa dos interesses do povo rondoniense.

Atenciosamente,

Alex Redano

**Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia
Biênio 2025/2026**

1.2 Apresentação

A prestação de contas não apenas é uma obrigação constitucional (parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988), mas também um processo essencial para instituições públicas, constituindo um dos pilares fundamentais da democracia e da gestão pública responsável. Ela refere-se à obrigação dos órgãos governamentais de informar e justificar suas ações, decisões e a utilização dos recursos que lhes foram confiados. São diversos os aspectos no qual a prestação de contas mostra-se imprescindível:

Transparência: A prestação de contas promove a transparência nas ações do governo, permitindo que cidadãos e instituições tenham acesso a informações sobre como os recursos públicos estão sendo geridos. Isso é crucial para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições.

Responsabilidade: Ao prestar contas, as instituições públicas assumem a responsabilidade por suas ações e decisões. Isso ajuda a prevenir práticas de corrupção e má gestão, uma vez que a supervisão pública atua como um mecanismo de controle.

Participação Cidadã: A prestação de contas é um convite à participação cidadã. Quando os cidadãos têm acesso às informações, eles podem se envolver mais ativamente nas discussões sobre políticas públicas e exigir melhorias.

Eficiência e Melhoria Contínua: A análise crítica das contas prestadas pode identificar falhas e ineficiências, possibilitando que as instituições aprimorem suas práticas e processos. Isso resulta em uma gestão pública mais eficiente e eficaz.

O processo de contas anual compreende três etapas complementares: a prestação de contas, a auditoria nas contas e o julgamento das contas dos administradores. Cada uma dessas etapas é realizada por agentes/órgãos distintos, responsáveis pela entrega de produtos específicos.

A prestação de contas é uma prática indispensável para garantir a integridade e a eficácia das instituições públicas. Ao seguir as etapas estabelecidas e promover a transparência, essas instituições não apenas cumprem suas obrigações legais, mas também fortalecem a democracia e a confiança pública, contribuindo para uma gestão mais responsável e alinhada com os interesses da sociedade.

1.3 A Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO)

A Assembleia legislativa de Rondônia, teve seu embrião formado a partir da primeira eleição em Rondônia na condição de Estado, que ocorreu em 15 de novembro de 1982 - quando foi escolhida a representação rondoniense no Senado, na Câmara Federal e na própria Assembleia Legislativa. Os 24 deputados estaduais eleitos naquele pleito receberam a função de constituintes. No dia 31 de janeiro de 1983, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Darci Ferreira, presidiu a posse dos deputados, e no dia seguinte, ocorreu a eleição da primeira Mesa Diretora da Casa de Leis.

Os seis meses de duração da Assembleia Constituinte foram de intenso trabalho, principalmente porque o Palácio Teotônio Vilela, um antigo hospital desativado, não dispunha da infraestrutura necessária para abrigar os grupos de trabalho formados por deputados e servidores. As reuniões pioneiras da Constituinte foram realizadas no ginásio de esportes Cláudio Coutinho.



Mesa que dirigiu os trabalhos na promulgação da Constituição de 1983

A efetiva implantação do Poder Legislativo no estado aconteceu no dia 6 de agosto de 1983, quando foi promulgada a Constituição e a Assembleia Constituinte extinta. Assim, a Assembleia Legislativa foi finalmente instalada e sua primeira reunião realizou-se em 9 de agosto.



Grupo de deputados à frente da Assembléia, dia 6 de agosto de 1982



Deputado José Bianco (c) discursa após promulgar a Constituição de 1983

O poder legislativo do estado de Rondônia é exercido por 24 deputados estaduais eleitos a cada quatro anos pelo voto secreto e direto. O prédio da Assembleia Legislativa é o “Palácio Marechal Rondon” - inaugurado em 22/01/2019 - onde normalmente acontecem as sessões legislativas. A atuação do poder legislativo estadual é normatizada pela Constituição Estadual e seu funcionamento regido pelo regimento interno.



Inauguração do “Palácio Marechal Rondon”



1.4 Finalidades e Competências da ALERO

Conforme preconiza a Constituição Estadual de Rondônia, a Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO) é o órgão representativo do Poder Legislativo e desempenha um papel vital no processo democrático e na elaboração de políticas públicas que atendam aos interesses da população de Rondônia. Suas principais finalidades incluem:

Elaboração e Fiscalização de Leis: A Assembleia Legislativa é responsável pela criação, discussão e aprovação de leis que regulamentam diversos aspectos da vida estadual, tais como educação, saúde, segurança, meio ambiente, infraestrutura, entre outros. Além disso, também exerce a função de fiscalizar o cumprimento dessas leis pelo Poder Executivo.

Representação Popular: Como a casa do povo, a Assembleia Legislativa é composta por representantes eleitos democraticamente pelos cidadãos do Estado de Rondônia. Esses parlamentares têm o dever de expressar os interesses e demandas da população, agindo como seus legítimos representantes.

Orçamento e Finanças: A Assembleia desempenha um papel crucial na aprovação do orçamento estadual, garantindo que os recursos públicos sejam alocados de maneira eficiente e responsável, atendendo às necessidades da população e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Debates e Discussões: A Assembleia Legislativa é um espaço vital para o debate aberto e construtivo sobre questões de interesse público. Aqui, os parlamentares têm a oportunidade de discutir políticas, propor soluções e compartilhar diferentes perspectivas, contribuindo para a formulação de decisões informadas e benéficas para o Estado.

Acompanhamento do Poder Executivo: Através de comissões parlamentares e do diálogo constante com o Poder Executivo, a Assembleia monitora a implementação das políticas públicas, avalia seus impactos e sugere ajustes quando necessário, garantindo a transparência e a efetividade das ações governamentais.

Ao longo de sua história, a Assembleia Legislativa de Rondônia tem desempenhado um papel crucial no fortalecimento da democracia, na garantia dos direitos dos cidadãos e no progresso do Estado. Suas competências são fundamentais para a construção de um futuro promissor e inclusivo para todos os rondonienses.

1.5 Diretrizes Estratégicas

A proposta do Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 e na Estadual de 1989, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PPA cumpre a função de instrumento de planejamento estratégico-tático, fazendo a relação entre as orientações estratégicas da Alta Administração e o Orçamento Público (LOA). É uma peça importante do sistema de planejamento governamental, que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas para os gastos de investimentos e os pertinentes aos programas de

duração continuada, constituindo um instrumento intermediário entre o Planejamento Estratégico, de longo prazo, e os orçamentos anuais.

Além de compor um documento legal, o PPA consiste em uma oportunidade para que o Governo organize, detalhe e comunique tanto o conteúdo de sua proposta de governo quanto o modelo de gestão adotado.

Seu objetivo é induzir o Poder Executivo e demais Órgãos e Poderes, a planejar suas atividades por um período além da anualidade imposta pela lei orçamentária, que se restringe pura e simplesmente a execução do orçamento. É preciso que ele se torne uma peça de aperfeiçoamento do ciclo da gestão das políticas públicas, otimizando e aperfeiçoando os processos na busca de ampliar a capacidade de consecução dos objetivos e metas declaradas.

Para tanto é necessário que a atividade de planejamento seja capaz de elaborar políticas públicas ajustadas à heterogeneidade das populações alvo. Exigirá capacidade de percepção da realidade e de integração das diferentes políticas públicas, fazendo com que a intervenção governamental ocorra de forma articulada e consistente.

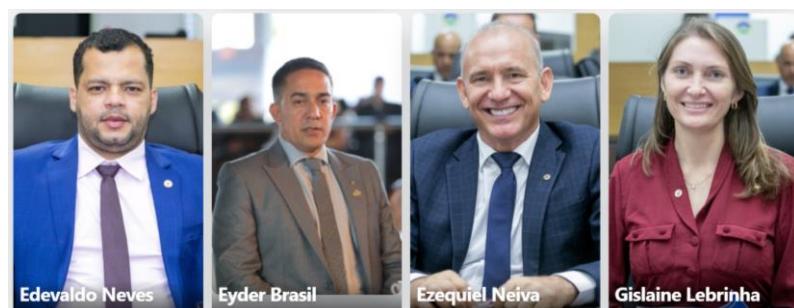
A base de orientações para elaboração da proposta do PPA 2024-2027 está consolidada nas diretrizes estratégicas emanado da alta direção desta Casa de Leis, a seguir descritas:

- 1- *IMPLEMENTAR AÇÕES QUE MODERNIZEM E APERFEIÇOEM O APARELHO ADMINISTRATIVO E LEGISLATIVO DA ALERO;*
- 2- *IDENTIFICAR DEMANDAS SOCIAIS E SUAS RESTRIÇÕES, VISANDO PROPOR AÇÕES LEGISLATIVAS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL, VOLTADAS À GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA;*
- 3- *AMPLIAR O PROCESSO DE DIFUSÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO NO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO, VISANDO AO FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL;*
- 4- *FORTALECER A ESCOLA DO LEGISLATIVO, TRADUZINDO-SE EM ESTRUTURA IMPULSIONADORA DO DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DISSEMINADORA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO CAPITAL HUMANO DA ALERO E CIDADÃOS;*
- 5- *CAPACITAR O CAPITAL HUMANO DA ALERO, OPORTUNIZANDO QUALIDADE TÉCNICA DE PESSOAL E ESTABELECENDO CONDIÇÕES PARA MELHOR SERVIR À SOCIEDADE;*
- 6- *REALIZAR O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO, PERSPECTIVANDO À MELHORIA DA QUALIDADE DO GASTO E A SUA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA GERENCIAL.*

1.6 Estrutura Organizacional

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALERO) possui uma Estrutura Político-Administrativa que é comum em muitas assembleias legislativas estaduais no Brasil.

Plenário: São os 24 representantes eleitos pelo povo de Rondônia (Deputados Estaduais).





Presidência: Composta pelo Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e outros membros da Mesa Diretora.

Pauta: Define a ordem do dia e os assuntos a serem discutidos e votados.

Sessões: Realiza debates, discussões e votações das proposições legislativas.

Mesa Diretora da 11ª Legislatura (2025 – 2026):



Presidente: Representa a Assembleia, preside sessões plenárias e exerce funções administrativas e políticas.

Vice-Presidentes: Auxiliam o Presidente e podem substituí-lo em suas ausências.

Secretários: Coordenam os trabalhos legislativos e administrativos, como a redação de atas.

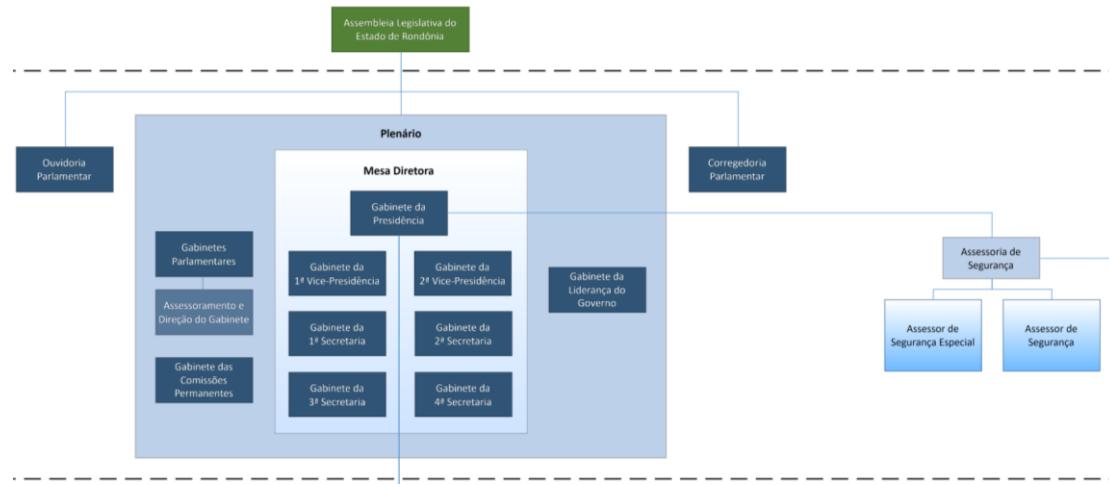
Comissões:

A casa possui 18 comissões ativas, divididas em Permanentes, Temporárias e as Parlamentares de Inquérito – conforme explicação a seguir.

- **Comissões Permanentes:** Responsáveis por analisar e emitir parecer sobre projetos de lei e outros assuntos específicos (ex.: Comissão de Agropecuária e Política Rural, Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Finanças, Economia Tributária, Orçamento e Organização Administrativa, entre outras).
- **Comissões Temporárias:** Criadas para tratar de temas específicos e temporais (ex.: Frente Parlamentar Temporária Binacional Rondônia-Brasil/Beni-Bolívia)
- **Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs):** Investigam assuntos relevantes para a sociedade (ex.: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS Ltda, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, e dá outras providências).

Frentes Parlamentares: São associações de parlamentares de vários partidos para debater sobre determinado tema de interesse da sociedade. Atualmente, a Casa de Leis possui 15 Frentes Parlamentares, como a “Frente Parlamentar contra o aborto e em defesa da vida e da família”, “Frente Parlamentar de Combate à Violência Contra a Criança e o Adolescente”, “Frente Parlamentar de Defesa do Agronegócio e da Propriedade Privada”, “Frente Parlamentar de Melhorias da Aviação Regional – Notadamente da Região Norte”, entre outras.

A estrutura política da Assembleia Legislativa de Rondônia pode ser representada pelo organograma abaixo:



Ainda neste contexto estrutural, em consonância com a Lei 1.056/2020, a Assembleia possui uma estrutura técnica de natureza administrativa, tendo os principais setores, os abaixo relacionados.

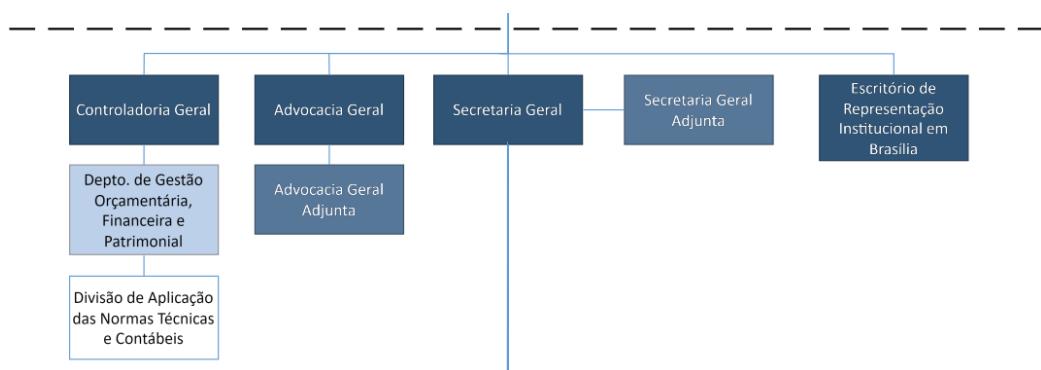
Secretaria-Geral: Administração e coordenação dos serviços internos da Assembleia, incluindo pessoal, finanças, tecnologia, comunicação, infraestrutura etc.

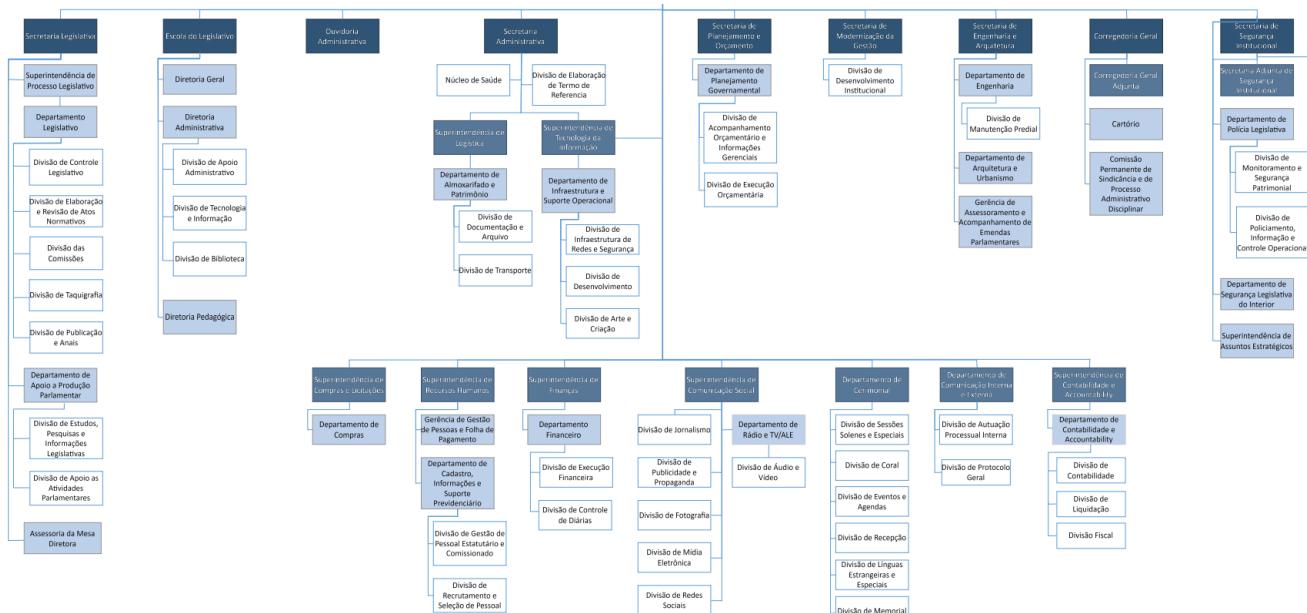
Procuradoria-Geral: Assessoria jurídica, elaboração de pareceres sobre legalidade de projetos de lei e assuntos jurídicos relacionados à Assembleia.

Coordenadorias e Departamentos: Responsáveis por áreas específicas, como Comunicação, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação, Arquivo e Documentação, etc.

Gabinetes Parlamentares: Equipes dos deputados estaduais que auxiliam na elaboração de projetos, atendimento a eleitores e atividades legislativas.

Assessorias Técnicas: Assessorias especializadas para apoio técnico aos deputados e comissões em áreas como economia, saúde, educação, entre outras.





2 Resultados e Desempenhos da Gestão

Os Programas são instrumentos de organização que articulam um conjunto de ações suficientes para enfrentar um problema demandado pela sociedade ou aproveitar uma oportunidade, devendo seu desempenho ser passível de aferição por indicadores e metas coerentes com o objetivo do programa. Dessa forma, estão exibidos os dados essenciais da concepção do programa, seguido da avaliação do indicador, quando houver, da avaliação quantitativa e qualitativa das ações de cada programa, para identificar os principais fatores positivos e negativos que influenciaram nos resultados alcançados. A questão a ser atendida com estas informações é saber até que ponto a ALERO alcançou seus objetivos estratégicos no exercício e quais foram seus impactos.

Os principais resultados alcançados por meio da execução dos programas da ALERO são estruturados de acordo com a disposição estabelecida no Plano Plurianual - PPA 2020-2023, versão inicial (LEI N° 4.647, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019), e estão demonstrados por meios de tabelas de avaliação.

Na avaliação de resultados, o aspecto orçamentário traz um comparativo dos valores previstos e realizados nos exercícios de 2022, 2023 e 2024 através de gráficos, para que se possa visualizar melhor a participação de cada programa e ação no orçamento da ALERO. Já o aspecto fiscal, demonstra a evolução da despesa com pessoal dos últimos três exercícios e os respectivos índices que mensuram o cumprimento do limite legal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

No que diz respeito a informações orçamentárias, financeiras, e contábeis, a avaliação quantitativa das ações traz um comparativo dos valores realizados com os previstos (percentual executado) das metas financeiras, bem como a participação de cada ação sobre o total realizado pela unidade. Nesse contexto, tem-se a avaliação qualitativa das ações, que apresenta de forma sucinta a parte descritiva dos principais resultados obtidos com a execução orçamentária de cada projeto ou atividade, por exercício financeiro.

Por fim, frisa-se que os dados das avaliações mencionadas foram extraídos dos relatórios consolidados dos monitoramentos quadrimestrais e das avaliações anuais realizados junto ao Poder Executivo, referentes aos exercícios de 2022, 2023 e 2024. Já os dados do Resultado Fiscal foram extraídos dos relatórios de gestão fiscal do 3º quadrimestre, referentes aos exercícios de 2022, e 2023 e 2024. Todas essas informações estão devidamente disponibilizadas no Portal Transparência da ALERO.

2.1 Avaliação do Resultado Orçamentário e Fiscal

2.1.1 Resultado Orçamentário

O exercício de 2024 apresenta a dotação inicial e final de **R\$ 496.609.262,00 (quatrocentos e noventa e seis milhões seiscentos e nove mil duzentos e sessenta e dois reais)** – não houve abertura de crédito adicional, nem transferências. A execução total ficou na ordem de 81%, mostrando-se abaixo da média dos últimos anos devido, em grande peso, à sinalização de queda na receita do Estado e consequentemente no repasse do exercício de 2024, que ocasionou uma revisão nas prioridades de investimentos e despesas correntes.

No ano de 2023, a dotação inicial era de R\$ 408.522.013,00 (quatrocentos e oito milhões quinhentos e vinte dois mil e treze reais), e devido à transferência de R\$ 3.500.000,00 (três milhões quinhentos mil reais) ao governo do estado - proveniente de economia de despesas - terminou em **R\$ 378.022.013,00** (trezentos e setenta e oito milhões vinte dois mil e treze reais).

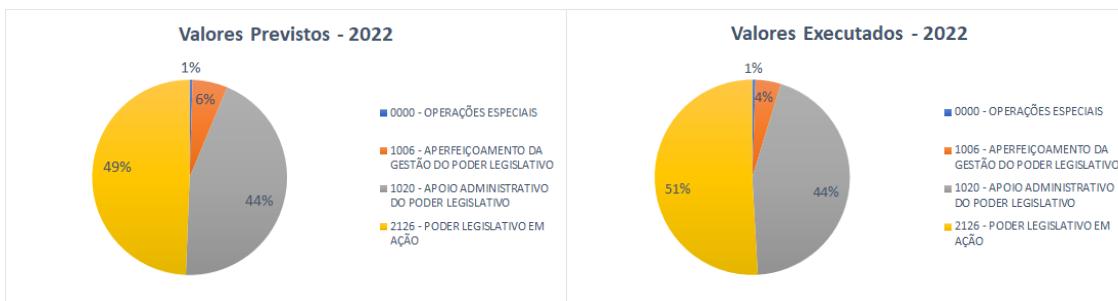
No exercício de 2022, os recursos orçamentários iniciais foram na ordem R\$ 315.020.133,00 (trezentos e quinze milhões, vinte mil, cento e trinta e três reais), enquanto a dotação atualizada terminou o exercício em **R\$ 331.950.855,77** (trezentos e trinta e um milhões novecentos e cinquenta mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos).

Os dados dispostos de forma resumida na tabela a seguir, que tomam por base a dotação atualizada (valor previsto) e a despesa liquidada (valor realizado) demonstram um percentual médio de execução do orçamento de 89% no período de 2022 a 2024.

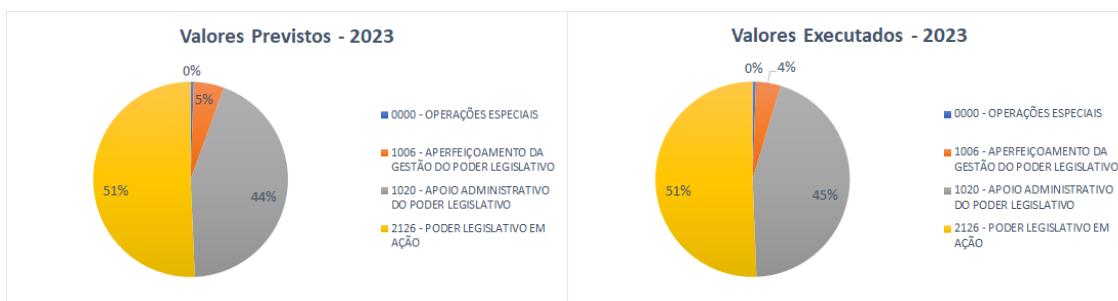
PROGRAMA	ANO	Valor Previsto (Atualizado)	Valor Executado (Liq)	% sobre o Total Realizado da Unidade	% Executado
0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS	2022	1.647.000	1.645.960	0,54%	99,94%
	2023	2.003.966	1.972.721	0,55%	98,44%
	2024	27.217.403	2.299.259	0,57%	8,45%
1006 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO	2022	19.288.302	12.860.909	4,21%	66,68%
	2023	19.058.904	14.767.813	4,11%	77,49%
	2024	55.309.951	27.238.846	6,79%	49,25%
1020 - APOIO ADMINISTRATIVO DO PODER LEGISLATIVO	2022	147.049.032	135.544.164	44,34%	92,18%
	2023	165.273.687	160.527.368	44,71%	97,13%
	2024	183.078.932	161.049.225	40,13%	87,97%
2126 - PODER LEGISLATIVO EM AÇÃO	2022	163.966.522	155.621.022	50,91%	94,91%
	2023	191.685.456	181.746.160	50,62%	94,81%
	2024	231.002.976	210.687.764	52,50%	91,21%
TOTAL DA UNIDADE	2022	331.950.856	305.672.055	100,00%	92,08%
	2023	378.022.013	359.014.062	100,00%	94,97%
	2024	496.609.262	401.275.095	100,00%	80,80%

No período de 2022-2024, o Programa 2126 – Poder Legislativo em Ação concentrou a maior parte dos valores previstos e executados para a Assembleia Legislativa, ao tempo em que o Programa 0000 – Operações Especiais foi o menos contemplado no orçamento, também nos parâmetros previstos e executados, conforme pode-se inferir dos gráficos a seguir:

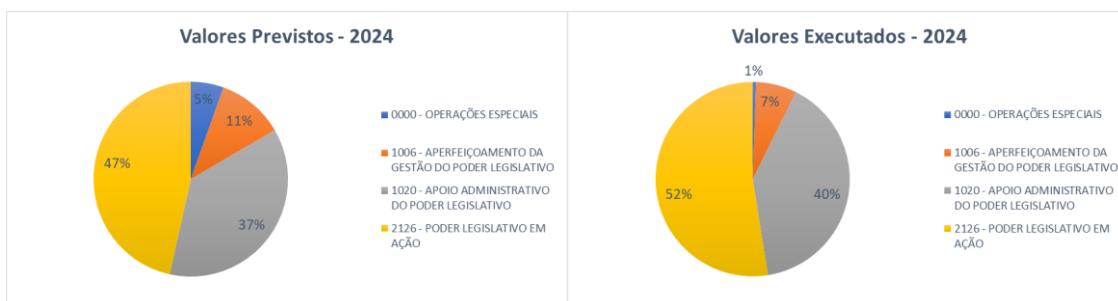
- **Valores Previstos e Executados 2022:**



- **Valores Previstos e Executados 2023:**



- **Valores Previstos e Executados 2024:**



Os gráficos a seguir demonstram os valores previstos e os valores realizados por cada programa no período de 2022-2024:



Pela análise, pode-se ressaltar um crescimento de 90% no valor previsto para o Programa 1006 – Aperfeiçoamento da Gestão do Poder Legislativo do ano de 2024 em relação ao ano de 2023 e 2022. Esse crescimento foi mais precisamente concentrado nas ações 2406 - Fortalecer a Estrutura do Poder Legislativo e 2405 - Potencializar a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação. Nos demais programas houve um crescimento constante ao longo dos 3 anos, sem maiores observações – com exceção do programa 0000 – Operações Especiais, com um crescimento na previsão de 21,67% em 2023 devido a reajuste dos proventos recebidos pelos 5 pensionistas que fazem jus ao benefício, e um significativo aumento na ordem de R\$ 25.213.437,00 (vinte cinco milhões duzentos e treze mil quatrocentos e trinta e sete reais) por conta de grandes expectativas relacionadas às sentenças judiciais.

2.1.2 Resultado Fiscal

Ao comparar a evolução da despesa com pessoal dos últimos três exercícios, verifica-se que embora a ALERO tenha registrado significativos aumentos, por outro lado, está cumprindo com o limite legal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, permanecendo consideravelmente abaixo do limite de alerta.

DESPESA COM PESSOAL	2022	2023	2024
Despesa Bruta com Pessoal (I)	200.631.567,02	293.429.468,55	310.518.367,26
Despesas não computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.421.514,30	108.698.900,09	90.299.191,73
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	189.210.052,72	184.730.568,46	220.219.175,53

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	11.597.477.035,50	12.525.048.292,81	14.190.334.424,14
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL SOBRE A RCL (IV)	1,63%	1,47%	1,55%
LIMITE MÁXIMO (VII) - (INCISOS I, II, III, art. 20 da LRF)	1,96%		
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 X VII)	1,86%		
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 X VII)	1,68%		

2.2 Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

2.2.1 Programa 0000 – Operações Especiais

O objetivo desse programa é prover a ALERO de recursos necessários para dar cobertura às despesas enquadradas na função encargos especiais. Tem como meta realizar o pagamento das despesas oriundas de condenações por ações judiciais, bem como encargos patronais de exercícios anteriores.

No PPA sua criação justifica-se pela necessidade de manutenção das ações administrativas para cobertura de despesas às quais não se podem associar a geração de um bem ou serviço, tais como pagamento de dívidas, indenizações administrativas ou cumprimento de sentenças judiciais, bem como o pagamento de pensionistas, nos termos da legislação vigente.

➤ Avaliação quantitativa das ações

PROGRAMA:	0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS						*UNIDADE DE MEDIDA EM R\$		
COD. AÇÃO	DESCRIPÇÃO DA AÇÃO	ANO	DOTAÇÃO INICIAL (LOA)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO (LIQ)	
0095	REALIZAR O PAGAMENTO DE DÍVIDAS, INDENIZAÇÕES E SENTENÇAS JUDICIAIS.	2022	201.000	1.000	-	-	-	0,00%	
		2023	35.465.809	-	-	-	-	0,00%	
		2024	38.700.000	25.472.000	590.000	590.000	590.000	2,32%	
0140	REALIZAR O PAGAMENTO DE PENSIONISTAS	2022	1.646.000	1.646.000	1.645.960	1.645.960	1.645.960	100,00%	
		2023	1.678.866	2.003.966	1.972.721	1.972.721	1.972.721	98,44%	
		2024	2.145.403	1.745.403	1.709.259	1.709.259	1.709.259	97,93%	
		2022	1.847.000	1.647.000	1.645.960	1.645.960	1.645.960	99,94%	
TOTAL DO PROGRAMA		2023	37.144.675	2.003.966	1.972.721	1.972.721	1.972.721	98,44%	
		2024	40.845.403	27.217.403	2.299.259	2.299.259	2.299.259	8,45%	

FONTE: DIVE PORT - QDD - FECHAMENTO DOS EXERCÍCIOS

Ao analisar os dados da tabela acima, verifica-se um diminuto valor destinado à ação 0095 – Realizar o pagamento de dívidas, indenizações e sentenças judiciais no exercício de 2022, devido a não previsão de ocorrências judiciais. Dessa forma, os poucos recursos inicialmente previstos foram remanejados para cobertura de despesa com pessoal. Em 2023 observa-se um aumento na expectativa de pagamento de sentenças judiciais devido ao volume ligeiramente maior de ações em processo – que ainda assim não resultaram em despesa durante o exercício. Já em 2024, a expectativa manteve-se, porém a execução foi de apenas 2,32%.

Quanto ao percentual de execução, observa-se um bom equilíbrio entre os valores alocados no programa e os efetivamente realizados, registrando uma média de execução de 99% em 2022 e 2023. O % de execução em 2024 ficou impactado devido ao baixo remanejamento da dotação e a baixíssima execução por não terem se realizado todas as sentenças judiciais previstas.

Por se tratar de um programa do tipo Operação Especial, além de suas ações não possuírem produtos, também não há metas físicas pré-definidas, o que impossibilita a mensuração do índice de desempenho.

➤ **Avaliação qualitativa das ações**

Ação: 0095 – Realizar o Pagamento de Dívidas, Indenizações e Sentenças Judiciais

A finalidade desta ação é realizar o pagamento de créditos decorrentes de processos administrativos, cumprimento de sentenças e/ou acordos judiciais, bem como de juros e amortização de dívidas de natureza previdenciária ou diversa.

2022 a 2024: Em razão da não ocorrência de sentenças judiciais durante o exercício 2022 e 2023, os recursos inicialmente previstos foram remanejados para cobertura de despesa com pessoal. Já em 2024, verifica-se um pequeno % de execução de sentença judicial, e remanejamento de parte de sua dotação.

Ação: 0140 – Realizar Pagamentos de Pensionistas

Como a própria nomenclatura sugere, essa ação tem por finalidade efetuar pagamento de pensionistas da ALERO. O fundamento legal está previsto no art. 268 da Constituição Estadual.

2022 a 2024: Com a execução da ação foi possível realizar o pagamento mensal de 04 (cinco) pensionistas de ex-deputados estaduais, mantidos em folha de pagamento específica da ALERO, nos termos da legislação vigente.

2.2.2 Programa 1006 – Aperfeiçoamento da Gestão do Poder Legislativo

O programa tem por objetivo aperfeiçoar a gestão e a governança a fim de promover mais organização, eficiência e transparência no exercício do Poder Legislativo, por meio da potencialização do uso da tecnologia da informação e comunicação; otimização dos recursos orçamentários-financeiros, estruturais e humanos; alinhamento, padronização e regulamentação de processos e rotinas operacionais.

A manutenção desse programa na estrutura do PPA justifica-se pela necessidade de dotar a Assembleia Legislativa de meios legais, estruturais, instrumentais e humanos, de modo a

proporcionar melhores condições de trabalho e de atendimento à população, em observância ao princípio constitucional da eficiência e ao interesse público. Apresenta como público alvo Parlamentares, Servidores e Sociedade.

➤ Avaliação quantitativa das ações

PROGRAMA:	1006 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO					*UNIDADE DE MEDIDA EM R\$			
COD. AÇÃO	DESCRIPÇÃO DA AÇÃO	ANO	DOTAÇÃO INICIAL (LOA)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO (LIQ)	
1379	REALIZAR CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO FUNCIONAL	2022	1.000	-	-	-	-	0,00%	
		2023	1.000	-	-	-	-	0,00%	
		2024	1.000.000	1.000.000	-	-	-	0,00%	
2253	PROMOVER A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	2022	1.050.000	566.695	408.910	387.794	387.794	68,43%	
		2023	1.850.000	329.141	242.341	231.095	231.095	70,21%	
		2024	1.526.900	1.426.900	808.971	701.474	701.474	49,16%	
2405	POTENCIALIZAR A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2022	17.263.000	8.082.051	8.081.111	6.456.894	5.254.055	79,89%	
		2023	20.111.000	11.297.894	11.294.254	8.402.348	8.390.588	74,37%	
		2024	22.542.271	25.635.733	23.767.253	19.273.726	19.273.726	75,18%	
2406	FORTALECER A ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO	2022	11.161.000	7.867.139	7.434.320	3.348.547	2.736.855	42,56%	
		2023	16.902.045	4.309.466	4.303.888	3.080.060	3.080.060	71,47%	
		2024	30.866.113	23.413.319	8.290.024	4.099.632	4.099.632	17,51%	
2408	DESENVOLVER O PROGRAMA BOLSA ESTÁGIO	2022	3.816.000	2.772.417	2.772.417	2.667.675	2.667.675	96,22%	
		2023	4.578.030	3.122.403	3.122.403	3.054.310	3.054.310	97,82%	
		2024	3.834.000	3.834.000	3.179.000	3.164.015	3.164.015	82,53%	
TOTAL DO PROGRAMA		2022	33.291.000	19.288.302	18.696.757	12.860.909	11.046.379	66,68%	
		2023	43.442.075	19.058.904	18.962.886	14.767.813	14.756.053	77,49%	
		2024	59.769.284	55.309.951	36.045.248	27.238.846	27.238.846	49,25%	

FONTE: DIVE PORT - QDD - FECHAMENTO DOS EXERCÍCIOS

O programa alcançou seu objetivo no sentido de contribuir para a manutenção dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, aquisição de equipamentos e material permanente e capacitação institucional e desenvolver o programa bolsa estágio e jovem aprendiz.

Quanto ao percentual de execução do total do programa, foi registrado uma média 64% nos últimos 3 anos, com uma queda importante em 2024.

O programa registrou um desempenho entre deficiente e regular nos exercícios 2022 a 2024, quando se analisa os % de execução na ação 2405 – Potencializar a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação; na ação 2406 - Fortalecer a Estrutura do Poder Legislativo, e na ação 2253 - Promover a Capacitação Institucional. A ação 2408 - Desenvolver os Programas Bolsa Estágio e Jovem Aprendiz registra um desempenho excelente nos 3 exercícios, representando a retomada do projeto em 2022.

➤ Avaliação qualitativa das ações

Ação: 1379 - Realizar Concurso Público para Preenchimento do Quadro Funcional

A finalidade dessa ação no PPA é preencher o quadro de pessoal da Assembleia Legislativa por meio da realização de concurso público, nos termos da Lei Complementar nº 731/2013, que trata do quadro de pessoal e da Lei Complementar nº 785/2014, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Advocacia-Geral.

2022: Vigência do I Concurso Público da ALERO e convocação dos aprovados.

2023: Vigência do concurso expirado, restando assegurado o direito à nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas estabelecido no Edital nº 01, de 8 de maio de 2018 durante o ano.

2024: Em 29/04/2024, foi constituída a Comissão Preparatória do II Concurso Público da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Em 23/05/2024 foi aprovado projeto de lei com a finalidade de viabilizar mais 248 servidores ao quadro de pessoal permanente da casa. No final do 2º quadrimestre foi constituído projeto básico para a contratação de serviços técnicos especializados atinentes a organização e realização do concurso. Já no 3º quadrimestre, iniciou-se o processo de contratação da banca que realizará o concurso, tendo sido necessária a prorrogação da Comissão de Trabalho Temporária para à análise das propostas das bancas organizadoras, e tal análise ainda se encontra em andamento. Logo, não foi possível a conclusão da ação no exercício de 2024.

[Ação: 2253 - Promover a Capacitação Institucional](#)

A finalidade dessa ação no PPA é desenvolver competências e habilidades profissionais de agentes políticos e servidores.

2022: Participação de servidores nos seguintes eventos: Treinamento na ferramenta Microsoft Power BI, período de 04 a 08/04/2022, em São Paulo/SP; Curso de capacitação sobre a Nova Previdência do Servidor Público em conformidade com a Emenda Constitucional 103/2019 – 03 a 06/05/2022 em São Paulo/SP; Curso de Capacitação sobre a Auditoria Governamental e Controles (Interno e Externo) na Administração Pública - 04 a 06/05/2022 em São Paulo – SP; treinamento e capacitação de 1 servidor na semana nacional de estudos avançados sobre pregão, realizada entre os dias 03 a 07/10/2022 em Foz do Iguaçu-PR; inscrição de 2 servidores para participação no curso implantação da 3º fase do e-Social e Auditoria em Folha de Pagamento; Também foi possível a manutenção do Termo de Cooperação entre a Assembleia Legislativa e a c, assim como do Termo de Cooperação Técnico, Científico, Cultural entre a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL).

Curso de capacitação para “Implantação da 2ª Fase do e-Social e considerações acerca da EFD - Reinf”, na cidade de Ji-Paraná-RO – de 11 a 13/07/2022; curso de capacitação com o tema “O Planejamento das Licitações: ETP Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência” – de 13 a 15/07/2022; curso de capacitação para manejo da “Plataforma + Brasil Completo: Módulo de Transferências Voluntárias”, de 22 a 26/08/2022, na cidade de Brasília/DF; inscrição de servidores para participação do “II Congresso Rondoniense de Direito Administrativo” com o tema principal “DIREITO ADMINISTRATIVO E OS LIMITES DA DISCRICIONARIEDADE” – 25 e 26/08/2022, na cidade de Porto Velho/RO. Além do exposto, houve a contratação de serviços de capacitação institucional - UNALE, para o período 10/08 a 31/12/2022.

Treinamento e capacitação de 1 servidor na semana nacional de estudos avançados sobre pregão, realizada entre os dias 03 a 07/10/2022 em Foz do Iguaçu-PR; inscrição de 2 servidores para participação no curso implantação da 3º fase do e-Social e Auditoria em Folha de Pagamento; participação de 42 servidores e membros na conferência da UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, realizado em dezembro/2022, na cidade de Recife-PE.

2023: Nos dois primeiros quadrimestres, foi possível a inscrição de 11 servidores da ALE-RO para Evento de Capacitação "Novas perspectivas para a Administração Pública na Visão Delas" – Instituto Rondoniense de Direito Administrativo; inscrição de 6 servidores para o 18º Congresso Brasileiro de Pregão, e reforço de diárias para atendimento desta ação. Também foi possível a

manutenção do Termo de Cooperação entre a Assembleia Legislativa e a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, assim como do Termo de Cooperação Técnico, Científico, Cultural entre a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL).

No terceiro quadrimestre, foi possível realizar a aquisição de Curso Online Microsoft Power BI para 1 servidor efetivo da casa, inscrição de 3 servidores no XXVII CONGRESSO NACIONAL DE CERIMONIAL E PROTOCOLO, cobrir despesas para a participação dos 24 deputados e servidores da ALERO na 26ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS LEGISLADORES E LEGISLATIVOS ESTADUAIS realizada anualmente pela UNALE em novembro/2023, realizada em Fortaleza/CE. Além destas capacitações, ocorreu a inscrição de servidores no curso "TÉCNICAS PARA SECRETARIADO EXECUTIVO E ASSESSORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

2024: Os recursos utilizados contribuíram para o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais de deputados e servidores da ALERO através de seminários, treinamentos, fóruns e consultorias contratadas. No primeiro quadrimestre, foi possível a realização de:

- Vinte inscrições (com mais cinco cortesias) no 2º Congresso Amazônico de Licitações e Contratações Públicas, realizado na Faculdade Católica de Rondônia, nos períodos de 27/02/2024 a 01/03/2024;
- Uma inscrição para o Curso Presencial de rotinas de Folha de Pagamento, Social e FGTS digital;
- Duas inscrições no Curso de Auditoria Governamental, Controles Internos e Externos, Compliance, Governança e Gestão de Riscos.

Foi também efetuada a manutenção do Termo de Cooperação entre a Assembleia Legislativa e a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, assim como do Termo de Cooperação Técnico, Científico, Cultural entre a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL).

No segundo quadrimestre, foi possível a contratação de consultoria de Imagem e Autoestima para o evento dos dia das mães, de empresa para ministrar seminário de Inteligência Emocional, renovação de contrato com a UNALE, além da inscrição de servidores em:

- Curso do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;
- Congresso da Fundação Brasileira de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade;
- 7º Congresso de Pregoeiros na Faculdade Católica de Rondônia;
- 19º Fórum de Contratação e Gestão Pública;
- 1º Seminário Rondoniense de Governança, Risco, e Controles Internos;

No último quadrimestre do exercício, podemos observar um avanço significativo no quesito capacitação institucional, especialmente na área de Licitações e Contratações, e também em Orçamento Público, refletindo a entrada em vigor da lei 14.133/2021 de forma integral (revogação total da lei 8.666/1993) e o compromisso da casa para com a observância da normativa em questão. Segue abaixo os seminários e treinamentos:

- 4ª Semana Nacional de Controle Interno nas Contratações Públicas;
- Capacitação em Sanções em Contratações Públicas;
- Licitações do Futuro - Agente de Contratação;
- Orçamento Público - Procedimentos metodológicos para elaborar Programas Governamentais;

- Administração Orçamentária e Financeira;
- 27ª Conferência de Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE);
- Oficina teórica de atos preparativos de licitações - Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência;
- Curso Completo sobre a nova Lei de Licitações Públicas;
- Curso de Proteção à autoridades VIP;

Ação: 2405 - Potencializar a Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

A ação tem por finalidade tornar mais eficaz a gestão dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, por meio do desenvolvimento, aquisição e implantação de novos equipamentos e sistemas, contratação de serviços e manutenção de contratos.

2022: Foi possível realizar a manutenção de serviços de locação de software para o controle de almoxarifado, patrimônio e recursos humanos; e também de “software como serviço” – Google Workspace Enterprise; serviços de comunicação dedicada para acesso à rede mundial de computadores - INTERNET - na modalidade terrestre suportando aplicações TCP/IP; telefonia fixa e móvel; emissão de certificados digitais; outsourcing de impressão; suporte técnico à solução de hiper convergência Nutanix em uso no Datacenter; locação de computadores, notebooks e impressoras; contratação de empresa especializada para aquisição de licenças de software Microsoft Office Standard, Microsoft Power BI Pro e Windows Server 2019 Datacenter.

2023: Com a execução da ação foi possível realizar a manutenção de serviços de locação de software para o controle de almoxarifado, patrimônio e recursos humanos, além do Google Workspace Interprise; serviços de comunicação dedicada para acesso à rede mundial de computadores - INTERNET - na modalidade terrestre suportando aplicações TCP/IP; telefonia fixa e móvel; e locação de computadores, notebooks e impressoras. Ainda, contratação de empresa para fornecimento de solução tecnológica de auxílio à auditoria e fiscalização do setor TIC pelo Controle Interno da ALERO. Também foi realizada a aquisição de equipamentos de processamento de dados, como switchers e transcievers, aquisição de Nobreaks UPS para Data Center nas instalações do edifício sede da ALERO, manutenção corretiva, preventiva e substituição de Nobreaks utilizados pelos servidores da casa, além de aquisição de software de gerenciamento para 50 dispositivos.

No último quadrimestre, destaca-se aquisição de equipamentos para testes de cabo de rede, pendrives, placas de rede, novos transcievers, e manutenção dos contratos de locações de softwares e equipamentos (computadores e impressoras), além de serviços de telefonia VOIP.

2024: Com a execução da ação foi possível realizar a manutenção de serviços de locação de software para o controle de almoxarifado, patrimônio e recursos humanos, serviços de comunicação dedicada para acesso à rede mundial de computadores - INTERNET - na modalidade terrestre suportando aplicações TCP/IP; telefonia fixa e móvel; e locação de computadores, notebooks e impressoras. Ainda, foi possível a contratação de manutenção corretiva, preventiva e substituição de Nobreaks utilizados pelos servidores da casa, e de equipamentos fiscais de relógio de ponto eletrônico. Também foi possível a contratação de fornecimento de solução integrada de colaboração e comunicação baseada em nuvem.

Com a execução realizada no 2º quadrimestre, foi contratada instalação e fornecimento de motogerador, suporte técnico para data center, substituição de baterias e nobreaks, aquisição de variados softwares de apoio à gestão, switches e transcievers - incluindo instalação e treinamento. Foi possível, também, a contratação de serviços de empresa especializada em

manutenção de relógios de ponto eletrônico e também a prorrogação de contrato com a empresa Brasil Digital.

Já no 3º quadrimestre foi possível:

- Concessão de licença ao portal GOVPLAN, que dará suporte para a elaboração dos Planos Anuais de Contratação da casa;
- Contratação de empresa especializada e habilitada para fornecimento de solução unificada de segurança para proteção de endpoint, servidores, rede e proteção contra ataques avançados;
- Contratação de serviço Telefônico Fixo;
- Aquisição de licenças do software Orçafascio com o módulo orçamento bases adicionais e Orçabim;
- Aquisição de equipamento de inspeção e ferramenta de localização de fibra óptica;
- Aquisição de kit de limpeza de fibra óptica e kit de cabos e adaptadores;
- Prorrogação contratual para locação de computadores, impressoras monocromáticas e coloridas outsourcing de impressão;

Ação: 2406 - Fortalecer a Estrutura do Poder Legislativo

A ação tem por finalidade realizar despesas voltadas ao fortalecimento da estrutura da Assembleia Legislativa, exceto em tecnologia da informação e comunicação, envolvendo a contratação de serviços, consultoria, planejamento e execução de obras e instalações, aquisição de imóveis, equipamentos e materiais permanentes, e demais despesas relacionadas.

2022: Ocorreu a realização de investimento na contratação de empresa especializada de engenharia para revitalização do piso em pintura epóxi de alta resistência dos estacionamentos do subsolo e térreo do prédio sede da Assembleia Legislativa.

2023: Foi possível realizar investimento em instalações de divisórias e tetos para a estrutura do prédio da ALERO, viabilizou serviços de atualização tecnológica nos elevadores. Além destes feitos, houve a elaboração das peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis à execução de obras públicas com tipologias e complexidades variadas e outras atividades correlatas. Para o 2º quadrimestre, ocorreram locações de diversas estruturas para deslocamento do Poder Legislativo para outras cidades (reuniões itinerantes). No 3º quadrimestre, foi possível a aquisição de equipamentos de proteção balístico velados, além de 4 cadeiras de rodas motorizadas – facilitando a acessibilidade nas dependências da ALERO. Além destas aquisições, ocorreu a contratação de empresa especializada em perfuração e instalação de poço tubular profundo para o funcionamento de poço nesta casa de leis.

2024: No exercício de 2024 foi possível iniciar as instalações de persianas para a estrutura do prédio da ALERO, além de serviços de atualização tecnológica nos elevadores. Além disso, com a execução foi possível a locação de materiais para suporte à sessões itinerantes, como tendas, grades, climatizadores, palco, telão, banheiro químico, stands, paisagismo, geradores, treliças entre outros. A execução também envolveu a renovação da frota de veículos da Casa de leis. Com a execução do 3º quadrimestre foi possível oferecer à população eventos natalinos, com decoração especializada na sede da ALERO.

Ação: 2408 - Desenvolver os Programas Bolsa Estágio e Jovem Aprendiz

A ação tem por finalidade oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado e de jovens aprendizes no ambiente de trabalho da Assembleia Legislativa, a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência.

2022 a 2024: Com a execução da ação foi possível a realização e a manutenção do termo de colaboração com o Centro de Integração Empresa Escola – CIIE, possibilitando oportunidades de aperfeiçoamento da formação profissional de 197 estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, e também de ensino médio (jovem aprendiz), para atender as necessidades da ALERO.

2.2.3 Programa 1020 – Apoio Administrativo do Poder Legislativo

O programa tem por objetivo realizar ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação da Assembleia Legislativa. A meta do programa é permitir o pleno funcionamento da Assembleia Legislativa, com manutenção e demais despesas administrativas. Enquanto que o seu público-alvo envolve parlamentares, servidores e a sociedade em geral.

A manutenção do programa no PPA justifica-se pela necessidade de prover o suporte necessário à operacionalização e execução das atividades-meio da Assembleia Legislativa, de modo a garantir o pleno funcionamento do exercício do Poder Legislativo Estadual.

➤ Avaliação quantitativa das ações

PROGRAMA: 1020 - APOIO ADMINISTRATIVO DO PODER LEGISLATIVO							*UNIDADE DE MEDIDA EM R\$		
COD. AÇÃO	DESCRÍÇÃO DA AÇÃO	ANO	DOTAÇÃO INICIAL (LOA)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO (LIQ)	
2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	2022	21.591.000	27.344.499	24.580.226	20.497.913	19.090.824	74,96%	
		2023	31.811.000	32.703.201	32.613.696	28.505.698	28.436.360	87,16%	
		2024	54.028.877	50.626.877	36.225.345	29.744.588	28.807.631	58,75%	
2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS, ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	2022	112.635.133	119.704.533	115.933.628	115.046.251	114.329.473	96,11%	
		2023	113.498.745	132.570.486	132.022.235	132.021.671	130.847.353	99,59%	
		2024	130.529.263	132.452.055	131.333.429	131.304.636	130.170.536	99,13%	
TOTAL DO PROGRAMA		2022	134.226.133	147.049.032	140.513.854	135.544.164	133.420.297	92,18%	
TOTAL DO PROGRAMA		2023	145.309.745	165.273.687	164.635.931	160.527.368	159.283.712	97,13%	
TOTAL DO PROGRAMA		2024	184.558.140	183.078.932	167.558.773	161.049.225	158.978.166	87,97%	

FONTE: DIVE PORT - QDD - FECHAMENTO DOS EXERCÍCIOS

O programa alcançou seu objetivo contribuindo para a manutenção administrativa e pagamento da remuneração, benefícios e encargos sociais do pessoal da área predominantemente administrativa da ALE/RO, entregando o produto da ação.

Quanto ao percentual de execução, observa-se um bom equilíbrio entre os valores alocados no programa e os efetivamente realizados, registrando uma média de execução de 92% nos últimos 3 anos.

No exercício de 2022, avaliando quanto à execução, pode ser verificado que 75% do total previsto foi executado na ação 2062, enquanto que 96% do total previsto foi executado na ação 2418, resultando no alcance do objetivo do programa, conforme o previsto.

No exercício de 2023, a ação 2062 teve o percentual de execução mais alto dos últimos 3 anos, mostrando melhoria na execução da ação ao longo do triênio, enquanto a ação 2418 alcança plenamente o previsto.

Em 2024, o percentual de execução da ação 2062 sofreu uma queda brusca, baixando o % total de execução do programa.

➤ **Avaliação qualitativa das ações**

[*Ação: 2062 - Manter a Administração da Unidade*](#)

A ação tem por finalidade a operacionalização e manutenção da ALE/RO, garantindo seu funcionamento por meio do suporte às atividades operacionais e finalísticas da unidade.

2022, 2023 e 2024: Com a execução da ação foi possível realizar de forma satisfatória a manutenção das atividades necessárias ao funcionamento da Assembleia Legislativa, tais como: pagamento de diárias; aquisição de materiais de consumo; aquisição de passagens e despesas com locomoção; manutenção e obtenção de contratos e serviços de terceiros (locação de imóveis; manutenção e conservação de bens imóveis; máquinas e equipamentos; festividades e homenagens; taxas; energia elétrica; água e esgoto; comunicação em geral; seguros em geral; consultoria e auditoria tributária para recuperação de créditos; hospedagem; serviços bancários e outras despesas). Dentre os serviços de manutenção e conservação, destacam-se os de saneamento e controle de pragas, serviços de apoio administrativo operacional e copa/cozinha, buffet, manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado e elevadores, revitalização do piso dos estacionamentos em material epóxi, serviço de gerenciamento de combustível e prestação de serviços de limpeza e conservação predial.

[*Ação: 2418 – Assegurar a Remuneração, Benefícios e Encargos Sociais da Área Administrativa*](#)

A ação tem por finalidade realizar o pagamento da remuneração mensal e 13º salário dos servidores da área administrativa da ALE-RO e outras eventuais despesas relacionadas, inclusive auxílios, indenizações por desligamentos e encargos sociais.

2022 - 2024: Com a execução da ação foi possível realizar o processamento das folhas mensais de pagamento e a remuneração, dentro do mês trabalhado, do pessoal da área predominantemente administrativa da ALERO, bem como indenizações por desligamentos, consignações e recolhimento dos encargos sociais.

[*2.2.4 Programa 2126 – Poder Legislativo em Ação*](#)

O objetivo do Programa é representar a sociedade rondoniense por meio do exercício do Poder Legislativo e de suas atribuições constitucionalmente previstas, na produção de normas, na fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, na promoção da participação popular, na realização de eventos que oportunizem o exercício da cidadania, na capacitação de comunidades, e na comunicação social. Sua criação no PPA justifica-se pela necessidade de dotar a Assembleia Legislativa de recursos necessários ao exercício da representatividade social e da função legislativa, em atendimento às demandas da população nos aspectos legislativos e de

fiscalização na sua esfera de competência, visando à melhoria dos serviços públicos e do bem-estar comum.

➤ Avaliação quantitativa das ações

PROGRAMA: 2126 - PODER LEGISLATIVO EM AÇÃO							*UNIDADE DE MEDIDA EM R\$		
COD. AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	ANO	DOTAÇÃO INICIAL (LOA)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO (LIQ)	
2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	2022	14.395.000	19.521.362	19.424.494	17.023.103	17.016.603	87,20%	
		2023	23.806.920	29.121.496	28.938.296	25.996.909	25.987.309	89,27%	
		2024	30.562.400	33.392.400	32.516.941	27.221.868	27.216.268	81,52%	
2416	PROMOVER A ATUAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO	2022	1.609.000	788.079	785.061	784.811	784.811	99,59%	
		2023	1.958.000	121.242	80.396	80.396	80.396	66,31%	
		2024	2.500.000	2.220.000	295.350	295.350	295.350	13,30%	
2417	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS, ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA FINALÍSTICA	2022	102.092.000	123.052.645	122.779.398	122.708.134	121.273.762	99,72%	
		2023	128.615.598	139.530.990	139.233.648	139.233.104	137.651.753	99,79%	
		2024	150.689.299	163.673.299	162.467.817	162.467.817	160.859.721	99,26%	
2665	REALIZAR AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	2022	27.559.000	20.604.437	20.591.002	15.104.975	14.676.496	73,31%	
		2023	28.245.000	22.911.728	22.911.728	16.435.751	16.435.751	71,74%	
		2024	27.684.736	31.717.277	25.408.104	20.702.729	20.702.729	65,27%	
		2022	145.656.000	163.966.522	163.579.955	155.621.022	153.751.671	94,91%	
		2023	182.625.518	191.685.456	191.164.068	181.746.160	180.155.209	94,81%	
		2024	211.436.435	231.002.976	220.688.212	210.687.764	209.074.068	91,21%	

FONTE: DIVE PORT - QDD - FECHAMENTO DOS EXERCÍCIOS

Com base nos valores do total do programa em cada exercício, nota-se um bom equilíbrio entre os valores alocados no programa e os efetivamente realizados, registrando uma média de execução de 93% nos últimos 3 anos. Dessa forma, o programa alcançou seu objetivo, contribuindo para a realização das ações de remuneração de pessoal da área predominantemente finalística, bem como das ações de comunicação e publicidade e suporte à ação parlamentar.

Em 2022, dentre as ações do programa, a que obteve o melhor desempenho foi a ação 2416 – Promover a Atuação da Escola do Legislativo, seguida da ação 2417 - Assegurar a remuneração, benefícios e encargos sociais da área finalística.

Em 2023 e 2024, o melhor desempenho encontra-se na ação 2417 e 2409, alcançando 89% de execução. A ação 2665 – Realizar ações de comunicação e publicidade institucional mantém a sua média de percentual executado nos últimos 3 anos – trazendo um desempenho regular.

➤ Avaliação Qualitativa das Ações:

Ação: 2409 – Promover a Atividade Legislativa e a Participação Cidadã

A ação tem por finalidade fornecer suporte ao exercício da atividade legislativa e promover a participação da sociedade e a ampliação do exercício da cidadania, por meio da realização de audiências públicas e da instalação física de unidades de apoio, e da realização de ações itinerantes nos municípios e distritos do interior do Estado de Rondônia.

2022 - 2024: Com a execução da ação foi possível realizar o suporte à atividade parlamentar dos 24 deputados, por meio de autuação de processos administrativos de execução de despesas com diárias dentro e fora do Estado; contratação de serviços de locação de estruturas para realização de eventos; indenizações e restituições provenientes do resarcimento de despesas relacionadas à atividade parlamentar (cota mensal), decorrentes de tratamento de saúde e

odontológico, transportes e outras despesas correlatas, realizadas pelos parlamentares, nos termos da legislação vigente.

Ação: 2416 - Promover a Atuação da Escola do Legislativo

A ação tem por finalidade oferecer a profissionalização e capacitação a agentes políticos, servidores e comunidades, por meio de programas de formação, aperfeiçoamento e especialização, visando aprimorar a qualidade de suas atividades, ampliando sua formação em assuntos técnicos, administrativos e legislativos, bem como fornecer oportunidade de conhecimento da missão do Poder legislativo, dando-lhes condições de subsidiar a elaboração de proposições em geral.

2022: Com a execução foi possível realizar o pagamento de diárias referentes à ações da Escola do Legislativo; subsidiar curso pós graduação em nível de especialização Lato Sensu em Ciências Políticas – Modalidade “in Company” para servidores efetivos; contratar empresa especializada na disponibilização de palestrante durante o evento da 6ª edição do “Dia de Palestras e Negócios” em Colorado do Oeste/RO; e promover o 3º Fórum dos Legisladores Municipais do Estado de Rondônia ocorrido na própria sede da ALERO.

2023: Com a execução foi possível realizar o pagamento de diárias referentes à ações da Escola do Legislativo; subsidiar a inscrição de parlamentares e assessores no Seminário “Mandato de Sucesso”, realizado em abril/2023 e contratar pessoa jurídica para ministrar treinamento em Oratória Política, realizado no auditório da ALERO. Também foi possível subsidiar a participação dos parlamentares e seus respectivos assessores no seminário “A Era da Comunicação Estratégica para Mandatos e Instituições” no auditório da OAB, ocorrido em junho/2023. No último quadrimestre, a Escola do Legislativo atuou normalmente com seu calendário de cursos de capacitação voltados para sociedade, servidores, deputados, e também para outros órgãos públicos e também entidades privadas, como o Detran, SEMAD, IBAPE, SEMDESTUR, Hospital Cosme e Damião, e a Igreja “Assembleia de Deus”.

2024: No 1º quadrimestre, foi possível realizar o pagamento de diárias referentes à ações da Escola do Legislativo. No 2º quadrimestre, foi possível a contratação de Palestra “A vida é um jogo” com Alexandre Ramos Samuel (TANDE), ministrada na 11ª Rondônia Rural Show. Já no 3º quadrimestre foram oferecidos 17 cursos à população, como Desenvolvimento de Competências e Habilidades no Serviço Público, Marketing Pessoal/ Imagem Pessoal, Libras para Atendimento ao Público, Interpretação de Texto, Informática Básica, Fotografia, Liderança em Alta Performance, Primeiros Socorros, e oratória.

Ação: 2417 - Assegurar a remuneração, benefícios e encargos sociais da área finalística

A ação tem por finalidade realizar o pagamento mensal e 13º salário da remuneração dos deputados e dos servidores que atuam predominantemente na área finalística da ALE-RO (gabinetes de deputados) e outras eventuais despesas relacionadas, inclusive auxílios e indenizações por desligamentos.

2022 - 2024: Com a execução da ação foi possível realizar o processamento das folhas mensais de pagamento e a remuneração, dentro do mês trabalhado, do pessoal da área predominantemente finalística da ALE/RO, bem como indenizações por desligamentos, consignações e recolhimento dos encargos sociais. Sua execução ocorreu por meio de processamento mensal das folhas de pagamento de acordo com o vínculo (deputados, cota-

deputados, rescisões e outras); classificação contábil dos proventos, dos descontos e dos encargos sociais; emissão de reserva orçamentária, empenho, documentos de liquidação e pagamento; transferência de arquivo eletrônico à instituição bancária para crédito das remunerações dos deputados e servidores e das consignações junto aos credores.

Ação: 2665 - Realizar Ações de Comunicação e Publicidade Institucional

A ação tem por finalidade difundir nos meios de comunicação as atividades exercidas pela Assembleia Legislativa no cumprimento de suas atribuições constitucionais, por meio da contratação de serviços técnicos de publicidade e propaganda e da implantação e manutenção da Rádio-TV Legislativa, com divulgações de matérias de cunho legal, institucional, educacional e de utilidade pública. Divulgação de atos oficiais, programas e campanhas compreendendo o estudo, a concepção, pesquisa, produção, execução, veiculação e ações de endomarketing e fornecimento de peças para atualização do site da ALE-RO, supervisão e acompanhamento de propaganda e campanhas publicitárias, bem como a distribuição de matérias, peças e campanhas de interesse da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

2022: Com a execução da ação foi possível realizar a manutenção do Contrato nº 012/2019 (3º termo aditivo) celebrado junto à empresa PNA Publicidade Ltda ME, por meio da execução do planejamento mensal de mídia junto aos veículos de comunicação legalmente disponíveis nos 52 municípios do Estado, o que permitiu a divulgação de mensagens e campanhas publicitárias institucionais da ALERO em âmbito estadual. Ademais, a execução da ação possibilitou a manutenção de contrato de publicação de atos oficiais em jornais de grande circulação. Também foi possível a aquisição de equipamento de áudio, vídeo e foto visando a manutenção da Rádio-TV Legislativa.

2023: Com a execução da ação foi possível realizar a manutenção do Contrato junto à empresa PNA Publicidade Ltda ME, por meio da execução do planejamento mensal de mídia junto aos veículos de comunicação legalmente disponíveis nos 52 municípios do Estado, o que permitiu a divulgação de mensagens e campanhas publicitárias institucionais da ALERO em âmbito estadual. No 3º quadrimestre, ocorreu a realização de peça teatral e apresentações culturais durante os eventos de comemoração alusivos aos 40 anos da promulgação da Constituição do Estado de Rondônia, realizado nos dias 20 a 25 de novembro de 2023 na sede da ALERO.

2024: Com a execução da ação foi possível realizar a manutenção do Contrato junto à empresa PNA Publicidade Ltda ME, por meio da execução do planejamento mensal de mídia junto aos veículos de comunicação legalmente disponíveis nos 52 municípios do Estado, o que permite a divulgação de mensagens e campanhas publicitárias institucionais da ALERO em âmbito estadual.

2.3 Ações e Destaques do Poder Legislativo

➤ Atividades Legislativas Gerais

Durante o exercício de 2024, os 24 deputados trabalharam incessantemente em diversas frentes para atender o interesse público, seja por meio de sessões, reuniões, debates, discussões ou votações das proposições legislativas.



A Secretaria Legislativa da ALERO fornece os resultados quantitativos destas realizações, conforme abaixo:

TIPO DE MATÉRIA	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
Proposta de Emenda Constitucional	36	8	-78%
Projeto de Lei Complementar	50	61	22%
Projeto de Lei ordinária	343	396	15%
Projeto de Decreto Legislativo	377	219	-42%
Projeto de Resolução	57	36	-37%
Redação Final	5	1	-80%
Veto Total	41	28	-32%
Veto parcial	21	11	-48%
Requerimento	866	754	-13%
Indicação	6424	6025	-6%
TOTAL	8.220	7.539	-8%

TIPO DE NORMA	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
EMENDA CONSTITUCIONAL	9	6	-33%
LEI COMPLEMENTAR	41	43	5%
LEI ORDINÁRIA	249	206	-17%
DECRETO LEGISLATIVO	540	207	-62%
RESOLUÇÃO	15	31	107%
TOTAL APROVADO DE NORMAS	854	493	-42%

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
Projeto de Emenda Constitucional - Processado	9	8	-11%
Transformado em Emenda Constitucional	8	6	-25%

PROPOSTA DE LEI COMPLEMENTAR	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
Projeto de Lei Complementar - Processado	50	59	18%
Transformado em Lei Complementar	28	39	39%

PROPOSTA DE LEI ORDINÁRIA	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
Projeto de Lei Ordinária - Processado	343	396	15%
Transformado em Lei Ordinária	149	206	38%

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
Projeto de Decreto Legislativo - Processado	377	219	-42%
Transformado em Decreto Legislativo	366	207	-43%

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
Projeto de Resolução - Processado	57	36	-37%
Transformado em Resolução	51	31	-39%

MATERIA LEGISLATIVA	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
Proposta de Redação Final	9	1	-89%
Veto Total	41	28	-32%
Veto Parcial	21	11	-48%
Requerimento	866	754	-13%

Sessões Realizadas e Audiências Públicas:

TIPO DE SESSÕES	QUANTIDADE		
	2023	2024	%
SESSÕES PREPARATÓRIAS	3	1	-67%
SESSÕES ORDINÁRIAS	42	38	-10%
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS	44	22	-50%
SESSÕES SOLENES	34	30	-12%
SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS ITINERANTES	3	3	0%
SESSÕES ESPECIAIS	2	0	-100%
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (SEDE)	14	14	0%
TOTAL	142	108	-24%

Destaque das atividades das Comissões Permanentes**2023**

COMISSÃO:	PROPOSIÇÕES	APROVADAS	TRAMITAÇÃO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	477	407	68
FINANÇAS E ORÇAMENTO	57	47	7
EDUCAÇÃO E CULTURA	30	25	5
SAÚDE, PREVIDÊNCIA, E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15	9	6
ESPORTE, TURISMO E LAZER	14	12	2
TOTAL	593	500	88

2024

COMISSÃO:	PROPOSIÇÕES	APROVADAS	TRAMITAÇÃO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	435	299	68
FINANÇAS E ORÇAMENTO	31	26	7
AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL	5	3	2
DEFESA DO CONSUMIDOR	3	1	2
ESPORTE, TURISMO E LAZER	7	5	2
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	0	3
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	3	3	0
SEGURANÇA PÚBLICA	4	0	4
EDUCAÇÃO E CULTURA	24	12	12
INDUSTRIA, COMERCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5	3	2
SAÚDE, PREVIDÊNCIA, E ASSISTÊNCIA SOCIAL	13	11	2
DIREITO DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDOSO	9	2	7
TOTAL	542	365	111

➤ Atividades das Comissões Permanentes

As comissões emitem pareceres sobre as propostas antes que sejam votadas pelo Plenário; ou votam as propostas em caráter conclusivo, aprovando-as ou rejeitando-as, sem a necessidade de passagem pelo Plenário da Casa. Na ação fiscalizadora, as comissões atuam como mecanismos de controle dos programas do Poder Executivo.



Destaque das atividades das Comissões Permanentes

2023

COMISSÃO:	PROPOSIÇÕES	APROVADAS	TRAMITAÇÃO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	477	407	68
FINANÇAS E ORÇAMENTO	57	47	7
EDUCAÇÃO E CULTURA	30	25	5
SAÚDE, PREVIDÊNCIA, E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15	9	6
ESPORTE, TURISMO E LAZER	14	12	2
TOTAL	593	500	88

2024

COMISSÃO:	PROPOSIÇÕES	APROVADAS	TRAMITAÇÃO
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	435	299	68
FINANÇAS E ORÇAMENTO	31	26	7
AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL	5	3	2
DEFESA DO CONSUMIDOR	3	1	2
ESPORTE, TURISMO E LAZER	7	5	2
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	3	0	3
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	3	3	0
SEGURANÇA PÚBLICA	4	0	4
EDUCAÇÃO E CULTURA	24	12	12
INDUSTRIA, COMERCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5	3	2
SAÚDE, PREVIDÊNCIA, E ASSISTÊNCIA SOCIAL	13	11	2
DIREITO DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, MULHER E IDO	9	2	7
TOTAL	542	365	111

➤ **Parlamento Amazônico**



A Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO) foi sede da primeira reunião do ano para o ato de posse da nova diretoria do Parlamento Amazônico. O encontro foi realizado no dia 29 de fevereiro de 2024, no plenário da Casa de Leis. A nova diretoria teve a frente os deputados estaduais Laerte Gomes (PSD) na presidência e Sinésio Campos (PT-AM) na vice-presidência.

A nova diretoria foi eleita no mês de novembro de 2023, durante a realização da 26ª Conferência Nacional da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), em Fortaleza (CE).

De acordo com o deputado estadual Laerte Gomes, a nova diretoria teria como meta a continuidade ao trabalho desenvolvido pela anterior gestão que encerrou no mês de fevereiro. “Temos importantes como regularização fundiária, meio ambiente, malhas aéreas, hidrovias e mineração têm que ser permanentemente debatidos nesses espaços, pois são questões que dizem respeito à qualidade de vida dos povos da Amazônia. O Parlamento Amazônico deve ser um dos principais meios para que alcancemos determinados objetivos”, declarou.

O presidente da ALERO, deputado estadual Marcelo Cruz (Patriota), desejou sucesso ao deputado Laerte Gomes na condução do Parlamento Amazônico. “Rondônia terá a oportunidade de atuar como protagonista, ocupando o cargo mais alto no Parlamento Amazônico, com o objetivo de defender os interesses da nossa região assim como do nosso estado de Rondônia. A Assembleia Legislativa será parceria nessa empreitada junto ao deputado Laerte”, destacou.

O Parlamento Amazônico congrega 270 deputados estaduais oriundos dos nove estados que compõem a região da Amazônia Legal, sendo eles: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O propósito do fórum é a convergência de esforços entre os estados, com vistas a deliberar sobre as demandas e buscar soluções para os desafios enfrentados por cada unidade federativa.

O Parlamento Amazônico é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, com mais de 20 anos de existência, que tem o compromisso de reunir os deputados estaduais, a cada mês, em uma unidade federativa que integram a associação.

➤ **Rondônia Rural Show**



A ALERO esteve presente na 11ª Rondônia Rural Show International (RRSI), que aconteceu do dia 20 a 24 de maio, no Centro Tecnológico Vandeci Rack, em Ji-Paraná.

Com o objetivo de aproximar ainda mais a Casa de Leis do cidadão rondoniense, foi realizada uma sessão itinerante no estande da ALERO. Além dessa iniciativa, foi oferecida uma série de atividades externas para toda a população, entre elas: cursos da Escola do Legislativo, audiência pública, sessão solene da Câmara Municipal de Ji-Paraná e sessão do Conselho Seccional da OABRO.



A RRSI é uma feira de agronegócios realizada anualmente em Ji-Paraná que promove agricultura, pecuária, tecnologia rural e produtos relacionados. O objetivo é fomentar o desenvolvimento rural, estimulando o agronegócio e proporcionando um ambiente integrativo entre agricultores, empresas do setor e o público em geral.

➤ Reajuste Anual dos Servidores da ALERO

Em maio de 2024, o então presidente Marcelo Cruz, anunciou a revisão salarial anual dos servidores efetivos da Casa de Leis, que ocorreu em duas etapas: uma em junho, com aumento de 6% e, em julho, com o aumento subindo para 7%.

Marcelo Cruz exaltou o papel do servidor da Casa de Leis. "Temos acompanhado a luta do sindicato e nos preocupamos com o nosso servidor. O recurso da Assembleia tem que ser gasto com os nossos colaboradores como forma de reconhecimento ao trabalho desempenhado pelos profissionais, os quais pontos importantes para que a nossa Casa seja referência em transparência na região Norte", afirmou.

A revisão anual tem o objetivo de garantir o poder aquisitivo das remunerações dos servidores públicos frente à desvalorização da moeda, ocasionada pela inflação.



➤ II Concurso Público ALERO

O presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, deputado estadual Marcelo Cruz (Solidariedade), anunciou concurso público na Casa de Leis durante a posse do deputado Laerte Gomes na presidência do Parlamento Amazônico.



No mês de abril de 2024, foi formada a Comissão Preparatória do II Concurso Público da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO), para formular o projeto básico e acompanhar todas as demais fases do certame até a sua homologação. Em agosto de 2024, a comissão se reuniu para discussão dos detalhes finais do projeto básico do processo seletivo.

Entre os cargos definidos, destacam-se:

- Assistente Técnico Legislativo (nível médio)
- Analista Legislativo – Área Administrativa (superior em qualquer área)
- Analista Legislativo – Área de Apoio à Advocacia Geral (superior em Direito)
- Analista Legislativo – Área de Processo Legislativo (superior em Direito)
- Analista Legislativo – Área de Taquigrafia, entre outros.

No momento, a comissão encontra-se em fase de definição das bancas para realização do concurso em 2025.

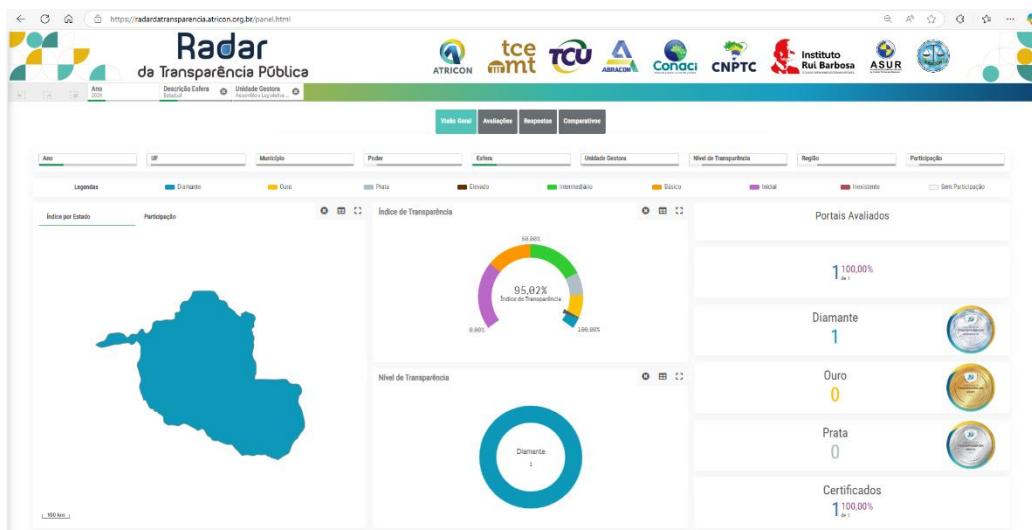
O último concurso venceu em dezembro de 2023 e as nomeações realizadas podem ser consultadas pela página oficial da ALERO.

➤ Transparência



A ALERO alcançou um importante marco em sua trajetória de transparência pública, conquistando o Selo Diamante na avaliação promovida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). A premiação é um reconhecimento ao empenho da instituição em oferecer aos cidadãos rondonienses informações claras, acessíveis e atualizadas sobre suas atividades e processos.

Em 2022, a ALERO já havia alcançado um índice positivo de 83,27%, conquistando o selo Prata. No ano seguinte, em 2023, a Casa de Leis registrou uma grande evolução, alcançando 93,78%, o que lhe garantiu a classificação Ouro. Já em 2024, quando a ALERO obteve o índice de 95,02%, alcançando o nível máximo de transparência, o Selo Diamante.



A avaliação, que contou com a participação de equipes dos trinta e três Tribunais de Contas do país, além de informações dos controles internos dos estados, municípios e do Distrito Federal, materializou o empenho e a dedicação da gestão do deputado estadual Marcelo Cruz (PRTB) à frente da presidência da Casa de Leis.

"Esta conquista reflete o esforço de todos os setores da Casa de Leis, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Orçamento, seu Comitê Gestor de Acesso à Informação, e a Controladoria. A busca incessante por aperfeiçoar os mecanismos de transparência e prestação de contas nos permite hoje atingir o mais alto nível de transparência pública. Este é um motivo de celebração para todos os rondonienses e um compromisso com a gestão pública de qualidade", afirmou o deputado estadual Marcelo Cruz.

O Programa Nacional de Transparência Pública é uma iniciativa nacional para promover a transparência ativa em portais públicos de órgãos de todas as esferas de governo. São avaliados critérios baseados em normas como a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentando as instituições que afetam altos níveis de transparência.



O secretário geral, Arildo Lopes, durante a solenidade de entrega do Selo Diamante no auditório do Tribunal de Contas (Foto: Ascom/TCERO)

Com o Selo Diamante de Transparência, a ALERO reforça seu compromisso com a promoção da confiança pública, a responsabilidade e prestação de contas, participação cidadã, eficiência administrativa, prevenção da corrupção, e educação e conscientização da população. A transparência é um pilar essencial para a democracia, promovendo um governo mais responsável, participativo e ético.

➤ Programa de Estágio

A Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO) foi uma das vencedoras do 15º Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio, sendo reconhecida como a melhor instituição de estágio do estado de Rondônia e da região Norte em 2024. A solenidade ocorreu em novembro/2024 no auditório do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), em São Paulo (SP).

A premiação, promovida pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), celebra as melhores práticas de estágio, destacando as organizações que mais investem na formação de jovens profissionais e que proporcionam experiências significativas para seus estagiários.

Nos últimos dois anos, a ALERO implementou a “Gincana de Conhecimento”, uma ação inovadora e dinâmica voltada para o desenvolvimento de habilidades essenciais entre os seus estagiários. Com o tema “Aprendendo a usar o seu poder”, a gincana aborda tópicos como criação de conteúdos informativos, liderança, oratória, storytelling, autoconhecimento e trabalho em equipe.

O programa de estágio da Casa de Leis vai além do simples aprendizado. Ele oferece uma plataforma para que os estagiários não apenas adquiram competências técnicas e comportamentais, mas também impactem positivamente a comunidade. Durante a gincana, os estagiários foram incentivados a arrecadar donativos e a contribuir com o terceiro setor, entregando os materiais arrecadados a entidades benéficas. “O mais importante é a oportunidade que estamos ofertando a jovens, adolescentes e até pais de



família, para que possam trabalhar, estudar e, ao mesmo tempo, cursar sua graduação ou ensino médio. É uma chance de adquirir conhecimento e de participar ativamente no atendimento ao público e em ações sociais, como a Gincana do Conhecimento", destacou o 1º Secretário da ALERO, deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil).



Deputado Cirone Deiró durante a cerimônia de premiação
"Melhores Programas de Estágio CIEE"

O Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio, criado no início dos anos 2000, é uma iniciativa que visa reconhecer as melhores práticas de estágio em todo o Brasil, a partir da avaliação dos próprios estagiários. A premiação permite identificar as organizações que mais investem na formação de jovens e que oferecem experiências enriquecedoras para os estudantes em início de carreira. A pesquisa de avaliação conta com a participação de milhares de estagiários, fornecendo informações valiosas sobre as práticas adotadas pelas empresas e instituições.

➤ UNALE

O presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, deputado Marcelo Cruz, participou ativamente da abertura da 27ª edição da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE), que ocorreu no Rio de Janeiro. O evento, cujo tema foi "O Futuro da Educação no Brasil", reuniu parlamentares de todo o país para discutir questões essenciais sobre o desenvolvimento do setor educacional.



Marcelo Cruz destacou a relevância da integração entre as Assembleias Legislativas do Brasil e a contribuição do Parlamento Amazônico que tem o deputado Laerte Gomes como presidente, uma entidade que representa os Estados da região Amazônica dentro da UNALE. Ele reforçou o papel estratégico do Parlamento Amazônico em levar pautas de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental para a agenda nacional e internacional.



experiências legislativas e buscar soluções conjuntas para os desafios regionais e nacionais.

O deputado também destacou a atuação do Parlamento Amazônico, como um pilar fundamental dentro da UNALE. Ele lembrou que a Amazônia enfrenta desafios únicos, como o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, além da necessidade de políticas públicas que respeitem as peculiaridades culturais e sociais da região.

A UNALE 2024 também foi marcada por sua programação diversificada, incluindo palestras, workshops e painéis interativos, além de um espaço para o diálogo entre as lideranças estaduais e a troca de experiências legislativas bem-sucedidas.

O tema "O Futuro da Educação no Brasil" reflete uma das maiores prioridades do país, e a UNALE reuniu especialistas, legisladores e representantes de diferentes setores para propor estratégias que possam transformar o sistema educacional. Entre os tópicos abordados estão a modernização do ensino, o combate à evasão escolar, a inclusão digital e a valorização dos profissionais da educação.



➤ **Implementação do Plano de Contratações Anual**

A Secretaria Administrativa em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Orçamento, coordenaram o mapeamento das demandas apresentadas pelos setores requisitantes, para fins de elaboração do calendário de compras e contratações, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, referente ao exercício de 2024, cujo escopo foi elaborar instrumento institucional de planejamento e execução das contratações, balizado pela eficiência, transparência e racionalidade dos recursos deste Poder Legislativo, denominado Plano de Contratações Anual.



O Plano de Contratações Anual (PCA) trata-se de uma ferramenta de governança que consolida todas as contratações que um órgão pretende realizar no exercício subsequente, com vistas a possibilitar uma visão sistêmica acerca de todas as demandas apresentadas pelos setores que compõem a estrutura da ALERO. A recomendação da implementação de tal ferramenta encontra-se na nova Lei de Licitações, 14.133 de 2021.

Dentre os objetivos desta ferramenta de governança aplicada ao setor público, destaca-se:

- a) Garantir** o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes;
- b) Racionalizar** as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;
- c) Subsidiar** a elaboração das leis orçamentárias;
- d) Evitar** o fracionamento de despesas; e
- e) Sinalizar** intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade

Com isso, vislumbra-se que a implementação do Plano de Contratações Anual traga diversos benefícios para o órgão, como por exemplo maior eficiência na gestão de compras e contratações, redução de custos, já que as aquisições podem ser efetivadas de forma estratégica e com antecedência, maior transparência no processo de compras e contratações e, maior controle acerca do cumprimento dos prazos inicialmente estipulados.

Nesse sentido, o Plano de Contratações Anual, apresenta-se como um instrumento de aprimoramento da governança pública, uma vez que, avalia todas as necessidades do órgão, direciona os procedimentos necessários para suprir tais necessidades, servindo ainda como instrumento para monitorar o cumprimento da sua execução.

➤ **Natal de Portas Abertas**

O clima natalino chegou na Assembleia Legislativa de Rondônia, com a abertura do “Natal de Portas Abertas”, e a inauguração da iluminação e da decoração natalina na noite de 09 de dezembro. O evento contou com a presença de vários deputados estaduais e federais; do prefeito Léo Moraes; vereadores e representantes dos Poderes Judiciário e Executivo.

A abertura foi feita pelo presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, deputado Marcelo Cruz, que saudou a presença de todos e lembrou do espírito natalino. Em seguida, o superintendente dos Correios, Lucindo Pereira, também saudou os presentes.



O “Natal de Portas Abertas”, contou também com fogos de artifício, além de figuras tradicionais dessa época do ano, como os Três Reis Magos e, claro, o Papai Noel, que fez o delírio das crianças que estavam no local.



Visando reforçar ainda mais as lembranças do Natal para todos os presentes, o coral Vozes do Legislativo, cantou várias músicas com temas natalinos. Praticamente toda a área externa da Casa de Leis foi tomada por famílias que vieram prestigiar a celebração.

mapeadas em 3D no prédio da Assembleia Legislativa de Rondônia. Essas imagens são de temas natalinos e sobre a história do estado de Rondônia, em vídeos de três minutos cada que serão apresentados todas as noites no local, a partir das 20h, com intervalo de meia hora entre eles.

Para aproximar ainda mais a Assembleia Legislativa da população, durante os finais de semana, ocorreram visitas guiadas ao plenário da Casa de Leis, onde ocorrem as votações de projetos que impactam a vida dos rondonienses. Outro espaço a ser visitado é a presidência do Poder Legislativo. Os tours pelo interior da Casa de Leis tiveram duração de 30 minutos e foram conduzidos por servidores da Assembleia. Eles explicaram todo o funcionamento do processo legislativo.

Para fechar essa primeira noite do “Natal de Portas Abertas”, o coral da Igreja Metodista Wesleyana se apresentou, brindando a todos com memoráveis canções natalinas. Toda a decoração permaneceu no prédio da Assembleia Legislativa até o dia 5 de janeiro de 2025.

➤ Campanha “Papai Noel dos Correios”

Bonecas, carrinhos e bolas foram alguns dos presentes que crianças de escolas públicas de Porto Velho pediram ao “Papai Noel dos Correios”. Na Assembleia Legislativa de Rondônia, 307 cartinhas foram atendidas por servidores da casa. A entrega dos presentes aos Correios ocorreu durante uma cerimônia natalina da Casa.

O assessor Alex Rocha dos Santos comprou uma boneca para uma menina de cinco anos. “É um trabalho muito bonito esse dos Correios. Na cartinha, ela disse que não tem boneca e que o sonho dela era ter uma. Quero fazer o Natal dessa criança mais especial”, ressaltou.



Servidores da Superintendência de Recursos Humanos adotaram 15 cartinhas, e na Ouvidoria, foram sete. “Compramos cinco bonecas e dois carrinhos e dividimos os custos. É um sentimento de gratidão poder fazer o Natal de uma criança mais feliz”, disse a assessora Suzana da Silva Matos.

Representando os parlamentares da Casa Legislativa, o delegado Camargo (Republicanos) destacou a importância do trabalho realizado pelos servidores da ALERO e falou sobre o significado de Natal. “Jesus Cristo, o Senhor, é o verdadeiro sentido do Natal”, enfatizou.

➤ **2ª Corrida da Democracia**



A Assembleia Legislativa de Rondônia promoveu a 2ª edição da “Corrida da Democracia” no dia 22 de dezembro. Foram disponibilizadas 2 mil vagas, distribuídas em cinco categorias, com prêmios que variaram de R\$ 600 a R\$ 2 mil.

As categorias foram: público geral, servidores da ALERO, melhor idade (a partir dos 60 anos), Pessoas com Deficiência (PCD) e kids (de 7 a 13 anos). O valor da inscrição foi um kit escolar, composto necessariamente por: 1 caderno brochura de capa dura, 1 lápis, 1 borracha, 1 cola e 1 caixa de lápis de cor. Os materiais foram doados a escolas públicas municipais de Porto Velho, com alto índice de vulnerabilidade.

➤ **Coral Vozes do Legislativo**



A Assembleia Legislativa de Rondônia abriu processo seletivo interno de audição para compor o Coral Vozes do Legislativo (CVL). Foram disponibilizadas 30 vagas para chamamento imediato e 10 vagas para cadastro de reserva, conforme edital.

cadastros de reserva (4 para o naipe soprano; 3 para o naipe contralto; 2 para o naipe tenor; e 1 para o naipe baixo).

Para participar do processo seletivo, o interessado deveria ser servidor em efetivo exercício na ALERO, independente da natureza do vínculo; ter aptidão musical e habilidade vocal, que foi avaliada durante a audição; e ter disponibilidade para frequentar aos ensaios às segundas e quintas-feiras, das 14h às 16h.

Também devem ter disponibilidade para participar de ensaios extras e apresentações do coral previamente agendadas em Porto Velho ou em outros municípios do estado; e ser assíduo, pontual e comprometido com as atividades e programações do coral.

O CVL promove a integração funcional, fortalece vínculos, melhora o clima organizacional e o apreço musical, além de difundir a cultura do canto coral. Com isso, pretende-se construir a identidade cultural da ALERO e integrar eventos internos e externos relacionados às atividades parlamentares.

➤ **Escola do Legislativo**



A Escola do Legislativo tem por finalidade precípua promover a permanente habilitação, qualificação e especialização dos servidores do Legislativo do Estado de Rondônia, aprimorando e ampliando sua formação em assuntos técnicos, administrativos e legislativos, para subsidiar os parlamentares na elaboração de projetos e demais proposições legislativas e também ofertar cursos de qualidade à comunidade participando da construção de uma sociedade justa e igualitária. Ademais, a Escola também atende às câmaras de vereadores, prefeituras, governo do estado, Poder Judiciário, Ministério Público (federal e estadual), autarquias, entes privados de interesse público e são aplicados tanto na capital quanto no interior.

O setor pedagógico da Escola do Legislativo é responsável pelo planejamento e a organização dos cursos ofertados pela instituição. Durante o ano de 2024 a Escola do Legislativo realizou diversos eventos, este setor participou ativamente da organização e execução dessas atividades. Além da participação nos eventos o referido setor deu suporte aos cursos ofertados pela Escola do Legislativo, na sede desta instituição em Porto Velho e também nos municípios do interior.

Em 2024, a Escola do Legislativo realizou 3.639 capacitações nos diversos cursos que são ofertados pelos servidores da Assembleia Legislativa, listados abaixo:

Cursos Ofertados em 2024:

Assessoria de Comunicação

Assessoria Parlamentar

Atendimento ao Públíco

Cerimonial

Comunicação Assertiva para Lideranças

Comunicação Não Violenta em Redes Sociais

Consultoria de Bens e Serviços - Técnicas de Vendas

Desenvolvimento de Competências e Habilidades no Serviço Público

Desenvolvimento de Equipes

Desenvolvimento Pessoal e Profissional

Ferramentas de Produtividade

Filmagem e Edição de Vídeos em Celular

Fotografia

Informática Básica

Informática Básica II

Informática Básica III

Informática Básica IV

Inteligência Emocional do Ambiente de Trabalho

Interpretação de Texto

Lei Lucas com ênfase em primeiros socorros

Libras

Libras para Atendimento ao Públíco

Líder Coach

Liderança em Alta Performance

Marketing Pessoal/ Imagem Pessoal
Marketing Político em Redes Sociais
Motivação para Realização Pessoal e Profissional
Negociação para o trabalho em equipe
Oficina: Libras - Expressão Facial/ Corporal
Oficina: Libras para Atendimento ao Público
Oficina: Oratória - Como Falar Bem em PÚblico
Oratória
Planejamento e Organização de Eventos
Primeiros Socorros
Produção de Texto
Produção Livre de Texto
Projeto CRE
Redação Oficial
Secretariado
Técnicas em Atendimento ao PÚblico
Técnicas em Secretariado
Workshop: Comunicação Eficaz e Planejamento de Eventos

Destaca-se que durante a realização da Rondônia Rural Show Internacional (RRSI) em Ji-Paraná, no período de 20 a 25 de meio, a Escola do Legislativo participou ativamente do evento. No estande da ALERO foram ministradas palestras, oficinas, mesa redonda envolvendo segurança públicas destinadas a alunos de escolas do município.

Durante os dias do evento, participaram diariamente cerca de 300 alunos do curso médio em Ji-Paraná. “Isso demonstra o interesse e a nossa responsabilidade em apresentar uma programação eficiente e voltada para os interesses dos estudantes e da comunidade em geral”, disse o diretor-geral em exercício na ocasião, Alexandre Silva, que esteve acompanhando o ciclo de palestras e oficinas e organizando a programação.



Durante os dias do show agropecuário em Ji-Paraná, a Escola do Legislativo disponibilizou uma ampla programação, que teve como ponto central a palestra do ex-jogador de voleibol, Alexandre Ramos Samuel, o Tande. Também teve mesa redonda sobre Bullying e Cyberbullying no ambiente escolar, primeiros socorros.

➤ Ouvicoria

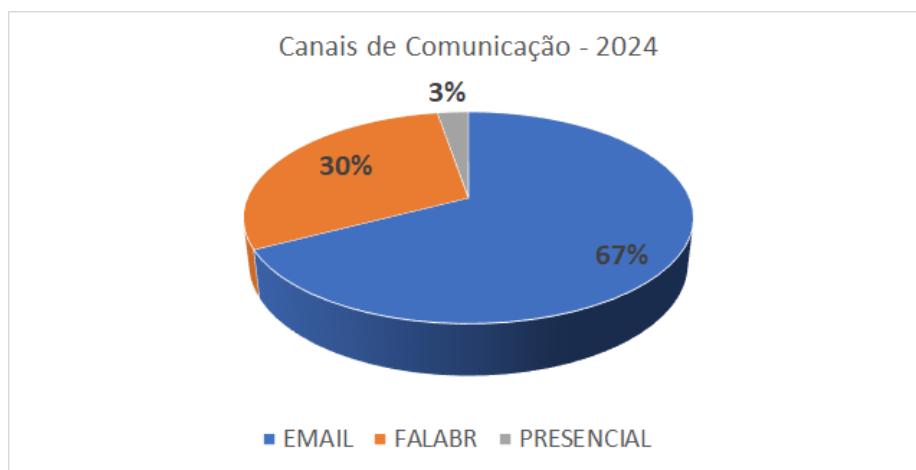


A Ouvicoria Administrativa tem por objetivo finalístico, garantir e assegurar a comunicação entre o cidadão e o Parlamento Estadual, em estrita observância à Lei Federal nº 12.527/2011, LAI – Lei de Acesso à Informação, garantindo o Controle e Participação Social e maior transparência na Administração Pública e Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Destaca-se que, em um sistema de governança pública, atua como um canal de recebimento de demandas, consistentes em denúncias, elogios, sugestões, reclamações e solicitações, de forma a garantir que a sociedade mantenha um canal de contato direto com o Poder Legislativo Estadual.

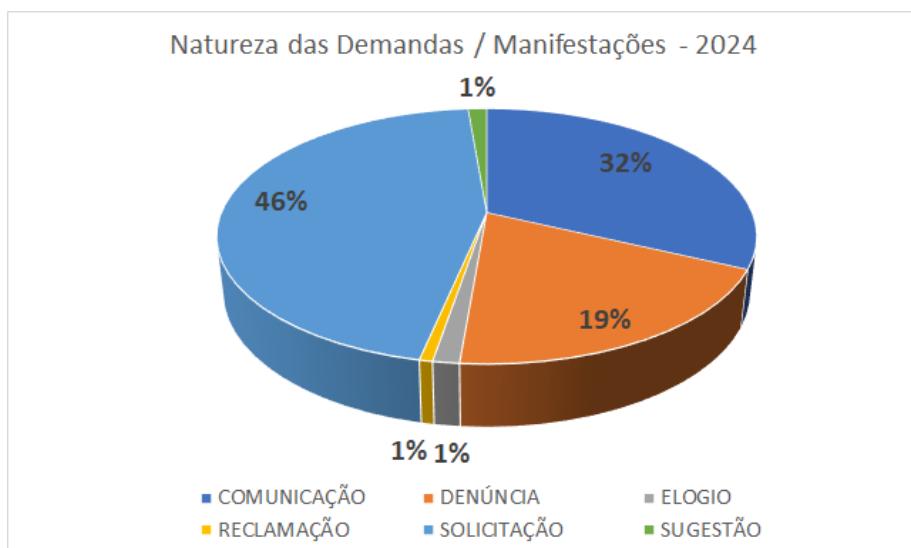
Os dados referentes às **150 manifestações** ocorridas no exercício de 2024 seguem abaixo:

Canais de Recebimento das Manifestações:



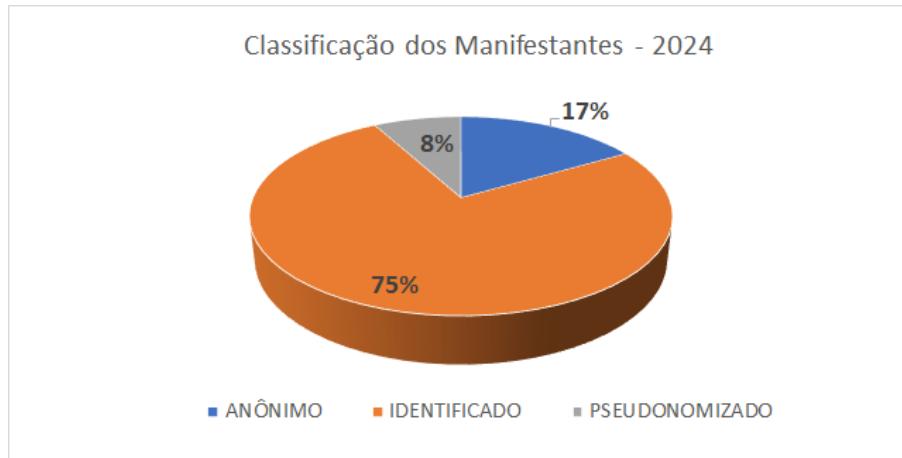
Fonte: Ouvicoria Administrativa – Portal Transparência – Relatório Estatísticos Anual de Pedidos de Informação 2024

Tipos (Natureza) das Demandas/Manifestações:



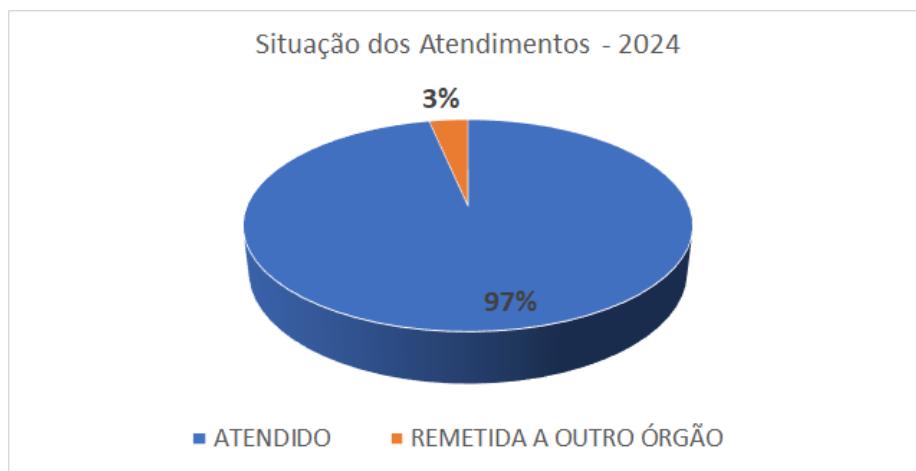
Fonte: Ouvicoria Administrativa – Portal Transparência – Relatório Estatísticos Anual de Pedidos de Informação 2024

Classificação dos Manifestantes:



Fonte: Ouvidoria Administrativa – Portal Transparência – Relatório Estatísticos Anual de Pedidos de Informação 2024

Situação dos Atendimentos:



Fonte: Ouvidoria Administrativa – Portal Transparência – Relatório Estatísticos Anual de Pedidos de Informação 2024

➤ **Corregedoria**



A Corregedoria Geral, unidade de assessoramento da Assembleia Legislativa, órgão vinculado e subordinado diretamente à Secretaria Geral, tem como finalidade precípua a apuração e depuração de todos e quaisquer fatos trazidos ao seu conhecimento que possam ser tipificados como infrações administrativas, ou desvios de conduta de servidores, atuando de forma correcional, instaurando Sindicâncias e Processos Disciplinares para apurar responsabilidades dos servidores denunciados, com vistas a coibir ações lesivas e abusivas que venham a transgredir os deveres do servidor público indicando as sanções disciplinares cabíveis através do devido processo legal.

Durante o exercício de 2024, a unidade reafirmou seu compromisso com a ética, a transparência e a eficiência administrativa, realizando as seguintes atividades:

Recebimento de Denúncias – tanto de forma presencial quanto por outros meios oficiais – foram tratadas com o devido zelo, observando os princípios legais e os direitos das partes envolvidas.

Apuração de Denúncias – foram desdobradas em processos administrativos, que envolveram diligências internas e externas, com o objetivo de verificar os fatos narrados. Realizou-se a juntada de proas materiais, bem como a coleta de informações mediante a realização de oitivas de testemunhas e lavraturas de termos de depoimento. Em casos pertinentes, a Corregedoria celebrou Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), buscando a resolução de conflitos e a adequação das condutas aos padrões exigidos pelo ordenamento jurídico.

Diligências Externas – Além das atividades internas, foram realizadas diligências externas visando à verificação in loco de situações denunciadas, o que contribuiu para a celeridade e assertividade das apurações.

Treinamento dos Servidores – Foi realizado um programa de treinamento para os servidores da Corregedoria Geral, com foco no aperfeiçoamento técnico e no alinhamento às melhores práticas de investigação e gestão administrativa.

Essas ações reforçam o papel essencial da Corregedoria Geral na fiscalização, no acompanhamento e na promoção de condutas éticas no âmbito da ALERO. O trabalho realizado em 2024 foi pautado pela busca pela verdade, justiça e pelo compromisso com a boa governança pública.

➤ Advocacia Geral



A Advocacia-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atua como órgão responsável pela representação judicial e extrajudicial, pela consultoria jurídica do Poder Legislativo, bem como pela supervisão dos serviços de assessoramento jurídico.

Como órgão consultivo, sua atuação, por meio de pareceres jurídicos, fornece subsídios qualificados para a tomada de decisão dos gestores e informa quanto ao entendimento doutrinário e jurisprudencial atualizado das matérias que lhes são remetidas para manifestação.

Como Órgão de representação judicial, a Advocacia-Geral cuida dos interesses institucionais do Parlamento perante o Poder Judiciário, em defesa dos diplomas legislativos produzidos por aquele, e, em consequência, defende o interesse público contido na atuação legiferante, exercida através dos representantes eleitos pelo povo.

Em sua atuação administrativa, A Advocacia-Geral tem por competência a análise e emissão de parecer em processos administrativos de licitação, para contratação de pessoas e empresas prestarem serviços ou fornecerem bens para a consecução de suas finalidades. Os pareceres são proferidos ainda na fase instrutória, após a apresentação das peças básicas e os casos analisados mais relevantes por este Órgão no ano de 2024 foram:

Contratação de empresa para prestação de serviço continuado de suporte técnico especializado on-site para ambiente de Data Center e subsistemas (GREEN4T SOLUÇÕES TI S/A);

- Aquisição de solução hiperconvergente Nutanix, bem como solução de backup e segurança, incluindo licenciamento, instalação, horas de serviços técnicos e treinamento (CLM SOFTWARE COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO);
- Prestação de serviços de locação veículos de pequeno porte (TCAR LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA);
- Aquisição de MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO DE CORRELATOS (MODIFIC MOVEIS, INFORMATICA E ELETRO LTDA);
- Formação de Registro de Preços para futuras e eventuais Contratações, SOB DEMANDA, de empresa especializada e habilitada para fornecimento de Solução Unificada de Segurança para proteção de endpoint, servidores, rede e proteção contraataques avançados (Alltech - Soluções em Tecnologia);
- Contratação de empresas para prestação de serviços relativos à transferência da sede do Poder Legislativo para o Município de Buritis durante a 7ª EXPOBUR que ocorreu entre os dias 03 a 07 de julho de 2024 (empresas diversas);
- Contratação de empresas para prestação de serviços relativos à comemoração do Natal de Luz (empresas diversas);

Após a conclusão da licitação, com a adjudicação dos itens à(s) empresa(s) vencedora(s), a Advocacia-Geral também atua no sentido de elaborar a minuta do contrato, e eventuais termos aditivos, para assinatura das partes.

Ainda na atuação administrativa, este Órgão Jurídico também se manifestou acerca de requerimentos administrativos deduzidos pelos servidores da Casa, pleiteando direitos em razão do cargo, como adicionais, gratificações, indenizações, dentre outros.

Ainda, há a atribuição quanto a publicação de contratos, termos aditivos, termos de cooperação e instrumentos congêneres, firmados com terceiros para prestação de serviço ou fornecimento de bens a este Parlamento, bem como alimentação do Portal Transparência com as informações referentes aos ajustes, em observância ao princípio da publicidade.

No total, foram proferidos:

508 Pareceres Jurídicos;
Elaborados **36** minutas de contratos;
Elaborados **40** termos aditivos;
Publicados **73** instrumentos contratuais em **1.145** processos tramitados pela Advocacia-Geral.

A atuação judicial da Advocacia-Geral tem por objeto a defesa dos diplomas legislativos produzidos pelo Parlamento, quando questionados nos Tribunais Estaduais e Superiores, por meio de Ações Direta de Inconstitucionalidade. Há ainda a atuação em defesa das prerrogativas do Órgão, por meio de ações ordinárias, mandados de segurança, e instrumento congêneres. E, por fim, pode-se haver manifestações em ações civis públicas, respostas a denúncias junto a Órgãos.

Foram **38** os processos judiciais onde houve atuação desta Advocacia-Geral, durante o ano de 2024.

Capacitações e eventos:

A Advocacia-Geral também se fez presente em capacitações e eventos externos de relevância tanto para a ALERO, quanto para a advocacia pública como um todo:

Reunião dos Procuradores-Gerais das Assembleias Legislativas – 10/06/2024, em Brasília-DF, na sede da UNALE (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais).

Representantes: Dr. Fadrício Silva dos Santos (Advogado-Geral)



3ª Reunião do Colégio de Procuradores-Gerais das Assembleias Legislativas – 06/11/2024, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC.
Representantes: Dr. Fadrício Silva dos Santos (Advogado-Geral)



27ª Conferência Nacional da UNALE - 03 a 05 de dezembro de 2024 - Rio de Janeiro/RJ.

Representantes: Dr. Fadrício Silva dos Santos (Advogado-Geral) e Rafaely Fonseca Barbosa (Chefe de Gabinete)



Encontro de Procuradores e Advogados do Poder Legislativo – 09/05/2024 – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ.

Representantes: Dr. Fadrício Silva dos Santos (Advogado-Geral), Dr. Walter Matheus Bernardino Silva (Advogado-Geral Adjunto), Arthur Ferreira Veiga (Advogado), Arthur Nobre Borges (Advogado), Geanclecio dos Anjos Silva (Advogado), Rodrigo da Silva Roma (Advogado)



2º Congresso Amazônico de Licitações e Contratações Públicas: 27 a 29 de fevereiro de 2024, na Faculdade Católica, em Porto Velho/RO.



Licitações do Futuro – Edição Agentes de Contratação: 18 a 20 de setembro de 2024, no Hotel Oscar, em Porto Velho/RO.

Representantes: Giulio César Ferreira Batista (Assessor de Direção) e Gabriel Gomes da Costa (Assessor de Direção)



1º Congresso Amazônico de Direito Administrativo: 22 e 23 de fevereiro de 2024, na Faculdade Católica, em Porto Velho/RO.

Representantes: Aquila Deliane Salomão Barros (Assessora Especial) e Laís Santos Cordeiro (Assistente Legislativa)



Curso sobre atos preparatórios para licitação, gestão e fiscalização de contratos administrativos: 19 a 22 de fevereiro de 2024, na Assembleia Legislativa de Rondônia:

Representantes: Arthur Ferreira Veiga (Advogado), Arthur Nobre Borges (Advogado), Geanclecio dos Anjos Silva (Advogado), Rodrigo da Silva Roma (Advogado), Renan Thiago Pasqualotto Silva (Assistente Legislativo)



7º CONPAC – Congresso de Pregoeiros e Agentes de Contratação: 06 a 09 de agosto de 2024, na Faculdade Católica, em Porto Velho/RO.

Representantes: Laís Santos Cordeiro (Assistente Legislativa), Lohana Rocha Suckow Barbosa (Assistente Legislativa)



Sanções em Contratações Públicas: 16 a 18 de setembro de 2024, no hotel Golden Plaza, em Porto Velho/RO.

Representantes: Laís Santos Cordeiro (Assistente Legislativa), Lohana Rocha Suckow Barbosa (Assistente Legislativa)



1º Seminário Rondoniense de Governança, Riscos e Controles Internos da Gestão: 28, 29 e 30 de agosto de 2024. Golden Plaza Hotel, em Porto Velho/RO.

Representantes: Laís Santos Cordeiro (Assistente Legislativa), Lohana Rocha Suckow Barbosa (Assistente Legislativa)



Oficina Teórica e Prática de Atos preparatórios de Licitações – ETP e TR, Nova Lei de Licitações 14.133/2021: 03 e 04 de dezembro de 2024, no Flamboyant Suite Hotel, em Porto Velho/RO.

Representantes: Giulio César Ferreira Batista (Assessor de Direção), Lohana Rocha Suckow Barbosa (Assistente Legislativa)



➤ **Secretaria de Modernização**

A Secretaria de Modernização e Gestão da ALEIRO foi responsável por instituir diversas campanhas, eventos e palestras, que contaram com a participação de servidores/as, estagiários/as e trabalhadores/as terceirizados/as. A diversidade do público enriqueceu os eventos, promovendo um ambiente inclusivo de reflexão e aprendizado na casa de leis.

01. Campanha das Cores

A Campanha das Cores é uma importante iniciativa de conscientização voltada para a promoção da saúde e do bem-estar. Cada mês do ano é simbolizado por uma cor que representa a prevenção e o combate a diferentes doenças, além de temas relevantes para a sociedade. Essa estratégia visa engajar a população, instituições e profissionais de diversas áreas na luta por qualidade de vida e na difusão de informações fundamentais para o cuidado preventivo.

A Campanha das Cores, promovida pela Secretaria de Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALEIRO), tem como objetivo principal sensibilizar e conscientizar servidores/as, estagiários/as e trabalhadores/as terceirizados/as sobre temas relacionados à saúde.

Ao longo do ano, a Secretaria de Modernização produziu informativos, cartazes e palestras que trataram de diversas questões de relevância social, com ênfase na promoção da saúde e de hábitos saudáveis, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida de servidores/as, estagiários/as e trabalhadores/as terceirizados/as da instituição.

1. Janeiro Branco é uma campanha dedicada à conscientização sobre a importância da saúde mental;
2. Fevereiro Roxo é uma campanha de conscientização voltada para o lúpus, a fibromialgia e o mal de Alzheimer;
3. Março Lilás é uma campanha de conscientização voltada para a prevenção e diagnóstico precoce do câncer do colo do útero, uma das principais causas de morte entre mulheres no Brasil e no mundo;
4. Abril Azul é uma campanha focada na conscientização sobre o autismo. Durante esse mês, diversas ações são realizadas para informar a sociedade sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas características, desafios e formas de apoio às pessoas com autismo e suas famílias.
5. Abril Verde, por sua vez, é uma campanha de conscientização sobre segurança no trabalho e a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.
6. Maio Amarelo é uma campanha mundial de conscientização sobre a segurança no trânsito, com o objetivo de alertar a sociedade para a importância de adotar comportamentos mais seguros nas vias e reduzir o número de acidentes de trânsito.
7. Junho Vermelho é uma campanha nacional de conscientização sobre a importância da doação de sangue, com o objetivo de estimular as pessoas a se tornarem doadoras voluntárias e ajudarem a salvar vidas.
8. Julho Amarelo é uma campanha de conscientização sobre as hepatites virais, com foco na prevenção, diagnóstico e tratamento das infecções causadas pelos vírus da hepatite A, B, C, D e E.
9. Agosto Lilás é uma campanha de conscientização sobre a violência contra a mulher com o objetivo principal de promover o combate à violência de gênero e informar a população sobre os direitos das mulheres, buscando prevenir e reduzir os índices de violência doméstica e familiar.

10. Setembro Amarelo é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para a importância de discutir a saúde mental, identificar sinais de sofrimento emocional e oferecer apoio a pessoas em crise.
11. Outubro Rosa é uma campanha mundial de conscientização sobre a prevenção e o combate ao câncer de mama, uma das doenças que mais afetam mulheres em todo o mundo.
12. Novembro Azul é uma campanha de conscientização voltada para a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata, uma das doenças mais comuns entre os homens.
13. Dezembro Vermelho é uma campanha de conscientização e prevenção do HIV/AIDS e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Essas campanhas não apenas fortalecem a conscientização sobre questões de saúde, mas também promovem a solidariedade, o diálogo e a mobilização social.

02. Palestra sobre Saúde da Mulher: Câncer do Colo do Útero e Endometriose (Março Lilás);



Palestrantes: As apresentações foram conduzidas por duas enfermeiras e professoras universitárias renomadas na área da saúde da mulher:

Paula Carvalho: Mestre em enfermagem, abordou os aspectos relacionados ao câncer do colo do útero, incluindo fatores de risco, sintomas, exames preventivos (como o Papanicolau) e a relevância da vacinação

contra o HPV.

Suyane Oliveira: Mestre em biologia experimental, destacou os desafios enfrentados pelas mulheres com endometriose, os sinais clínicos da doença, as opções de tratamento e o impacto na qualidade de vida.

03. Palestra: Prevenção de Doenças Ocupacionais e a Importância da Ergonomia no Trabalho (Abril Verde);



Palestrantes: A apresentação foi conduzida por profissional altamente qualificado:

Vitângela Freitas Figueiredo: Especialista em Fisioterapia Neurológica pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - GO; em Fisioterapia Cardiopulmonar e Terapia Intensiva pela Universidade São Marcos - SP; em Preceptoria aplicada ao SUS -

Beneficência Portuguesa - SP; Mestranda em Saúde Pública, abordou os tipos mais comuns de doenças ocupacionais, suas causas, prevenção e tratamento.

04. Evento Dia das Mães

No mês de maio, foi realizado evento em comemoração ao Dia das Mães, nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, sob a organização da Secretaria de Modernização. A iniciativa foi destinada a servidoras, estagiárias e trabalhadoras terceirizadas que são mães.



O evento teve como objetivo homenagear as mães que trabalham na Assembleia Legislativa, promovendo momentos de integração, reconhecimento e emoção em celebração à data especial.

Atividades Realizadas:

Apresentação do Coral Vozes do Legislativo: O coral da Assembleia realizou uma emocionante apresentação musical, interpretando canções que exaltam o amor e a dedicação materna, criando um ambiente de grande sensibilização entre os presentes.

Depoimentos de MÃes: Algumas participantes compartilharam depoimentos pessoais sobre a experiência de ser mãe. Essas falas trouxeram momentos de reflexão e emoção, destacando a importância da maternidade na vida de cada uma.

Sorteio de Brindes: Antes e durante o evento, foram sorteados diversos brindes para as participantes, incluindo serviços de salão de beleza, maquiagem e outros itens voltados para o autocuidado. Essa dinâmica trouxe um clima de descontração e alegria.

Almoço Especial: Foi servido um almoço especial, preparado com carinho para as homenageadas, proporcionando um momento de confraternização e integração entre as participantes.

Cartas Surpresa de Filhos: O ponto alto do evento foi a entrega de cartas com mensagens carinhosas e fotos enviadas pelos filhos das homenageadas. De forma surpresa, as cartas foram cuidadosamente dispostas em um belo mural, permitindo que cada mãe as retirasse individualmente, o que gerou momentos de intensa emoção e alegria entre as participantes.

Resultados e Impacto: O evento reuniu aproximadamente 350 mães, e foi extremamente bem recebido, com feedbacks positivos das participantes, que destacaram a organização

e o cuidado com os detalhes. Momentos como este reforçam a importância de iniciativas que valorizem as trabalhadoras e promovam um ambiente de trabalho acolhedor e humano.

05. Campanha SOS Rio Grande do Sul



Por solicitação da Presidência e da Secretaria Geral, a Secretaria de Modernização da Gestão ficou responsável pela execução da Campanha SOS Rio Grande do Sul, destinada à arrecadação de água, alimentos, roupas e materiais de limpeza, com o objetivo de auxiliar a população do estado afetado pela enchente ocorrida no início do ano. A iniciativa foi organizada com o intuito de prestar solidariedade e suporte às comunidades impactadas, reafirmando o compromisso da Assembleia com a responsabilidade social e a cidadania.

A campanha ocorreu durante o período de 13 de maio a 07 de junho de 2024. Este prazo foi estabelecido para garantir que os donativos chegassem às comunidades necessitadas o mais rápido possível.

Os donativos foram enviados para Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que ficou encarregada de encaminhar para as áreas mais afetadas pelas enchentes. A logística de distribuição foi planejada para garantir que os itens chegassem rapidamente às famílias necessitadas.

06. Rodas de Conversa sobre o Autismo em Buritis

No mês de maio, na cidade de Buritis-RO, na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Infantil Francisco José Chiquilito, aconteceram duas rodas de conversas sobre a temática do Transtorno do Espectro Autista (TEA), desenvolvidas pelo psicólogo, psicóloga e assistente social da Divisão de Desenvolvimento Institucional/Secretaria de Modernização da Gestão.

As rodas de conversas tiveram como objetivo o compartilhamento de informações a respeito do TEA, como os principais sinais, comorbidades mais comuns e os direitos das pessoas autistas, além de oportunizar um momento de acolhimento e escuta às mães que compareceram.

07. Comissão para Enfrentamento e Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação no Âmbito da ALERO

Atendendo à solicitação da Secretaria-Geral, que indicou a necessidade de criação de uma comissão/grupo de trabalho para cumprir a Recomendação nº 49553.2023, emitida pelo Ministério Público do Trabalho em 14 de dezembro de 2023, foi criada a Comissão Para Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação da Assembleia Legislativa de Rondônia (CPEAD-ALERO) em 27 de março de 2024, com o objetivo de

analisar, discutir e propor sugestões para prevenir e combater condutas abusivas no ambiente de trabalho.

É importante destacar que os/as integrantes titulares da comissão são todos/as servidores/a da Secretaria de Modernização da Gestão, considerando suas competências e atribuições específicas. Estes/as servidores/as, com seu conhecimento especializado, desempenharam papel fundamental na execução eficiente das atividades da comissão.

08. Palestra: Trabalhando Juntos: Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Ambiente de Trabalho

Em colaboração com o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ/RO), a Comissão Para o Enfrentamento e Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação da Assembleia Legislativa de Rondônia (CPEAD-ALERD), coordenou a palestra intitulada “Trabalhando Juntos: Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Ambiente de Trabalho”, sendo realizada dia 29 de agosto e ministrada pela servidora do TJ/RO, Jussara Valente, Mestra em Filosofia, Membro do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade no TJRO, da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação, atualmente Assistente Técnica do Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Gestão Socioambiental - NAGES do TJRO.



A palestrante desenvolveu explanações sobre os seguintes tópicos:

- A importância da construção de um ambiente saudável;
- Assédio moral e sexual: definições, características e exemplos práticos;
- Discriminação: tipos e exemplos práticos;
- Microagressões;
- Estratégias para prevenção e combate;
- Cultura de respeito e papel da liderança.

08. Pesquisa Interna

A Comissão Para o Enfrentamento e Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação da Assembleia Legislativa de Rondônia, elaborou pesquisa interna sobre as expectativas dos/as servidores/as, estagiários/as e trabalhadores/as terceirizados/as em relação aos comportamentos no ambiente de trabalho.

A pesquisa, realizada via formulário do Google Forms, elaborado pela comissão e encaminhado via SEI, consistiu em campos relativos a dados pessoais e profissionais seguidos de duas perguntas abertas:

1. Quais comportamentos você gostaria de ver no ambiente de trabalho?
2. Quais comportamentos você não gostaria de ver no ambiente de trabalho?

O principal objetivo da pesquisa consistiu em verificar as expectativas dos servidores/as, estagiários/as e trabalhadores/as terceirizados/as a respeito dos

comportamentos no ambiente de trabalho. Importante consultar as pessoas a esse respeito, posto que são elas que lidam diariamente com as interações interpessoais.

O resultado da pesquisa e sugestões de ações, foram encaminhados a todos os setores da ALERO para conhecimento, com a perspectiva de que, se implementadas, possam gerar os seguintes impactos positivos:

- Melhoria no Clima Organizacional;
- Promoção de um Ambiente de Trabalho Respeitoso e Inclusivo;
- Redução de Comportamentos Inadequados;
- Fortalecimento da Cultura Organizacional;
- Maior Engajamento e Produtividade;
- Cultura organizacional sólida e positiva.

09. Elaboração e Distribuição de Informativos

A Comissão Para Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação elaborou um informativo de quatro páginas que ofereceu orientações essenciais sobre conceitos e exemplos de assédio moral, assédio sexual e discriminação. Este material foi desenvolvido com o intuito de esclarecer sobre essas temáticas tão relevantes.



O objetivo foi promover a conscientização sobre o assédio moral, sexual e a discriminação, difundindo informações claras e acessíveis por meio de materiais impressos, com foco em estimular o respeito às normas éticas e legais aplicáveis.

Os integrantes da CPEAD-ALERO percorreram todos os gabinetes parlamentares, superintendências, secretarias, departamentos da ALERO, além da Escola do Legislativo, para realizar a entrega dos informativos sobre assédio moral, sexual e discriminação. Essa ação foi realizada de forma presencial, com o objetivo não apenas de distribuir o material, mas também de estabelecer um diálogo.

Foram distribuídos aproximadamente 700 exemplares impressos de folders e em todas as dependências da ALERO.

10. Reunião com Juíza do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

No dia 30 de agosto os integrantes da Comissão Para o Enfrentamento e Prevenção ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação da Assembleia Legislativa de Rondônia, reuniram-se de forma remota com a magistrada Miria do Nascimento de Souza, presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO).

A reunião teve como objetivo compreender o funcionamento da Comissão de Prevenção Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação do Tribunal de Justiça de Rondônia, identificando as boas práticas que possam ser adaptadas e implementadas no âmbito da

Assembleia Legislativa, visando o fortalecimento das ações preventivas e educativas contra comportamentos abusivos no ambiente de trabalho.

Principais Deliberações:

Fortalecimento da Colaboração: A magistrada destacou a possibilidade de parceria entre a ALERO e o TJRO para a realização de capacitações conjuntas, que poderiam ser conduzidas pela Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON), com o objetivo de compartilhar conhecimentos, aprimorar habilidades e promover ações no combate a práticas discriminatórias e no fortalecimento da ética no serviço público.

Troca de Conhecimentos: A entrevista proporcionou uma troca de experiências enriquecedora, evidenciando a importância de uma atuação integrada, preventiva e educativa no combate ao assédio moral, sexual e à discriminação.

A reunião representou um passo significativo para a construção de um diálogo interinstitucional sólido e para a promoção de ambientes de trabalho saudáveis e inclusivos. A troca de experiências e o alinhamento de estratégias reforçam o compromisso das comissões com a prevenção e o enfrentamento ao assédio e à discriminação.

09. Campanha Papai Noel dos Correios

A Campanha Papai Noel dos Correios é uma ação solidária promovida pelos Correios, com o objetivo de atender aos pedidos de crianças em situação de vulnerabilidade social. A Assembleia Legislativa, comprometida com a responsabilidade social e a promoção do bem-estar da comunidade, aderiu à iniciativa como parceira, mobilizando servidores/as, estagiários/as para contribuir com a realização dos sonhos das crianças beneficiadas.

A campanha foi coordenada pela Secretaria de Modernização da Gestão, que assumiu a responsabilidade de selecionar as cartas, distribuí-las em todos os setores da ALERO, além de arrecadar e organizar os brinquedos.

A campanha teve como objetivos incentivar o espírito solidário entre servidores/as, estagiários/as e a sociedade, colaborar com a entrega de presentes para crianças em situação de vulnerabilidade e fortalecer a integração entre o Poder Legislativo e a comunidade.

Número de cartas apadrinhadas: **305**

Envolvimento dos servidores: **305** servidores/as e estagiários/as que participaram do evento, doando brinquedos.

A campanha contribuiu para proporcionar um Natal mais feliz para **305** crianças.

10. Natal de Portas Abertas

A Secretaria de Modernização da Gestão desempenhou um papel fundamental na organização e execução do evento, contribuindo desde a elaboração do termo de referência para a contratação de artistas locais e aquisição de fogos de artifício, até o suporte aos participantes da feira de alimentação e artesanato.

O Natal de Portas Abertas da Assembleia Legislativa de Rondônia encantou as noites do estado com uma deslumbrante decoração temática, enriquecida por projeções mapeadas em 3D que destacam a magia do Natal. O evento ofereceu uma programação variada, incluindo apresentações culturais emocionantes, um espaço kids repleto de atividades

recreativas, e uma praça de alimentação com diversas opções gastronômicas. Além disso, os visitantes tiveram a oportunidade única de explorar os bastidores do Poder Legislativo por meio de visitas guiadas, conhecendo de perto o Plenário e o Gabinete da Presidência, promovendo maior interação e transparência entre a Assembleia e a comunidade.

Além disso, no dia 14 de dezembro, a Secretaria foi responsável por coordenar visitas guiadas pelos espaços do Poder Legislativo. Paralelamente, a Secretaria está oferecendo apoio integral às atividades culturais, assegurando a qualidade e a excelência na realização das atrações, contribuindo para o sucesso do evento como um todo.

O evento "Natal de Portas Abertas" tem como principal objetivo aproximar a Assembleia Legislativa da comunidade, proporcionando um espaço de confraternização e lazer para famílias.

2.4 Política de Gestão de Pessoas e Terceirização de Mão-de-Obra

A gestão de pessoas na Assembleia Legislativa de Rondônia (ALERO) é pautada pela valorização dos servidores, pelo fortalecimento da profissionalização e pelo aprimoramento contínuo das práticas administrativas. A legislação da ALERO contempla políticas de recrutamento, desenvolvimento e capacitação de pessoal, bem como ações voltadas à eficiência na alocação de recursos humanos, incluindo a terceirização de serviços.

Este capítulo apresenta um panorama quantitativo e qualitativo da força de trabalho da Assembleia, abordando aspectos como recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, remuneração e benefícios, além da relação entre servidores efetivos, comissionados, estagiários e terceirizados. Também são detalhados os custos com pessoal, destacando despesas com salários, encargos sociais, benefícios e serviços terceirizados.

2.4.1 Estrutura da Força de Trabalho

A composição do quadro de pessoal da ALERO, com posição em dezembro/2024, está distribuída da seguinte forma:

- Servidores efetivos: 298
- Servidores comissionados: 2072
- Estagiários: 197
- Terceirizados: 154

Essa estrutura tem sido constantemente avaliada para garantir o equilíbrio entre a necessidade de pessoal e a eficiência na prestação de serviços.

2.4.2 Recrutamento, Seleção e Treinamento

A ALERO adota uma política de gestão de pessoas que busca equilibrar a profissionalização da administração pública com a dinâmica própria de um órgão de natureza política. O provimento de cargos ocorre por diferentes modalidades, sempre observando os

princípios da legalidade, eficiência e imparcialidade, garantindo a continuidade dos serviços legislativos e administrativos.

Os servidores efetivos são selecionados exclusivamente por meio de concurso público, assegurando a isonomia e a meritocracia no ingresso à carreira. Esse modelo permite que a ALERO conte com um quadro técnico qualificado e estável, essencial para a preservação do conhecimento institucional e para a execução de atividades administrativas estratégicas de longo prazo.

A ALERO tem um compromisso contínuo com a recomposição e modernização de seu quadro de pessoal. Em 2025, está prevista a realização de um novo concurso público com 300 vagas para os níveis médio e superior. A Lei Orçamentária Anual (LOA) já contempla os recursos para a realização do certame, e os trâmites para definição da banca organizadora estão em andamento.

Como parte desse processo de fortalecimento institucional, em 2024, foi aprovada uma reestruturação do quadro de pessoal, resultando na criação de 248 novos cargos, distribuídos da seguinte forma:

- 2 cargos de Consultor Legislativo
- 52 cargos de Analista Legislativo
- 194 cargos de Assistente Legislativo

Atualmente, há 296 cargos vagos, incluindo funções de consultor, analista, assistente legislativo e advogado da ALE/RO.

[2.4.2.1 Concurso Público e Valorização do Quadro Efetivo](#)

O último concurso foi realizado em 2018, oferecendo 110 vagas para cargos de níveis médio e superior. Organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o certame contou com diversas etapas, incluindo provas objetivas, discursivas, práticas e avaliação de títulos. Mais de 20 mil candidatos participaram do processo seletivo, com provas aplicadas em Porto Velho, Ji-Paraná, Cacoal, Ariquemes, Guaporé-Mirim e Vilhena.

Desde então, a ALERO convocou gradualmente os aprovados. Em 2020, mais de 40 candidatos foram nomeados, reforçando o compromisso da instituição com a valorização do quadro efetivo.

A realização do novo concurso reafirma o compromisso da ALERO com a eficiência administrativa e o fortalecimento do serviço público. A iniciativa busca suprir demandas estratégicas, garantir maior qualificação técnica e assegurar a continuidade das atividades legislativas e administrativas. A expectativa é que o edital seja publicado no segundo semestre de 2025, seguindo critérios rigorosos de avaliação e seleção para garantir a admissão dos candidatos mais qualificados.

Com isso, a ALERO avança na profissionalização de seus serviços, assegurando um corpo técnico preparado para atender às demandas do Parlamento estadual e contribuir para o fortalecimento do Poder Legislativo em Rondônia.

[2.4.2.2 Política de Remuneração e Benefícios](#)

A ALERO adota uma política de remuneração que visa garantir a valorização de seus servidores, assegurando condições adequadas de trabalho e incentivo à permanência e desenvolvimento profissional. O plano de carreira estruturado proporciona progressão funcional, alinhando a remuneração à complexidade das atribuições e ao tempo de serviço.

Os salários iniciais variam de R\$ 4.133,27 a R\$ 37.717,69, conforme a função e o nível de escolaridade do cargo ocupado. Além da remuneração base, os servidores contam com um conjunto de benefícios que reforçam a política de valorização funcional:

- Auxílio-Alimentação: R\$ 200,00
- Auxílio-Transporte: R\$ 200,00
- Auxílio-Saúde: R\$ 600,00
- Auxílio-Creche: R\$ 365,00
- Auxílio de Assistência Especial: equivalente a um salário mínimo
- Auxílio-Funeral: R\$ 4.800,00
- Plano de Carreira e Progressão Funcional

Esses benefícios foram estruturados para oferecer suporte financeiro aos servidores e suas famílias, assegurando o bem-estar e a estabilidade profissional dentro do serviço público legislativo.

2.4.2.3 Cargos Comissionados e Estágio

Os cargos comissionados são preenchidos por nomeação, respeitando a estrutura organizacional do Poder Legislativo e a necessidade dos gabinetes parlamentares e unidades administrativas. Essas funções desempenham um papel estratégico, oferecendo suporte direto às atividades parlamentares e à articulação institucional da Casa.

O recrutamento de estagiários segue os critérios do programa de estágio vigente, proporcionando oportunidades de aprendizado e desenvolvimento profissional a estudantes. Essa iniciativa reforça a renovação do conhecimento técnico na administração pública, preparando futuros profissionais para o mercado de trabalho e contribuindo para a modernização das práticas administrativas da ALE/RO.

2.4.3 Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia mantém um compromisso contínuo com a qualificação de seus servidores, promovendo ações de capacitação voltadas ao aprimoramento técnico e gerencial. Em 2024, foram realizados investimentos estratégicos na formação do quadro funcional, garantindo maior eficiência na execução das atividades legislativas e administrativas.

O total investido em capacitação no exercício foi de R\$ 701.474, distribuído entre diferentes iniciativas de treinamento e qualificação profissional, conforme já detalhado no tópico “Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis”.

2.4.4 Avaliação de Desempenho e Reconhecimento

A ALERO adota um sistema estruturado de avaliação de desempenho, visando garantir eficiência, comprometimento e alinhamento dos servidores efetivos com os objetivos institucionais. A Resolução nº 472/2020 regulamenta o estágio probatório e estabelece a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho (CPAD), responsável por conduzir esse processo de forma criteriosa e transparente.

Os servidores nomeados para cargos efetivos passam por um período de três anos de estágio probatório, durante o qual sua aptidão e capacidade para o exercício do cargo são avaliadas de forma contínua. A CPAD acompanha esse período e assegura o cumprimento dos critérios de avaliação, que incluem:

- **Produtividade** – Qualidade e prazo na execução das atividades;
- **Capacidade de Iniciativa** – Habilidade para tomar decisões e resolver problemas;
- Responsabilidade – Compromisso com as atribuições do cargo e zelo pelos recursos públicos;
- **Disciplina** – Cumprimento das normas e respeito à hierarquia;
- **Assiduidade e Pontualidade** – Regularidade na frequência e no cumprimento da jornada de trabalho;
- **Aprimoramento** – Participação em capacitações e aplicação do conhecimento adquirido.

A avaliação é realizada em seis etapas semestrais, com um relatório consolidado ao final do estágio probatório. Para ser aprovado, o servidor deve atingir pelo menos 60% da pontuação máxima possível.

A avaliação de desempenho não se limita ao estágio probatório. A CPAD também analisa resultados periódicos e propõe ações para melhorar a produtividade e eficiência dos servidores efetivos. Caso o servidor discorde da avaliação, pode recorrer dentro dos prazos estabelecidos, assegurando o direito à ampla defesa e à transparência no processo.

Dessa forma, a ALERO fortalece sua estrutura funcional, garantindo que os servidores atuem com qualificação, comprometimento e alinhamento estratégico às necessidades do Poder Legislativo estadual.

2.4.5 Terceirização de Mão de Obra

A ALERO adota a terceirização como estratégia para otimizar recursos e garantir a eficiência administrativa. A contratação de empresas especializadas permite a manutenção de serviços essenciais sem comprometer a atuação do Legislativo em suas funções institucionais. Entre as atividades terceirizadas, destacam-se os serviços de vigilância e segurança, limpeza e assepsia predial, além do suporte administrativo e operacional.

2.4.5.1 Serviços de Vigilância e Segurança

A segurança das instalações da Assembleia é assegurada pelo contrato nº 007/ALE/2023, firmado com a empresa Belém Rio Segurança Ltda., por meio da Adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2022. O contrato prevê a atuação de profissionais em regime de vigilância patrimonial armada e desarmada, com postos distribuídos entre os períodos diurno e noturno. O serviço inclui, ainda, monitoramento eletrônico com bastão de ronda. A contratação teve início em maio de 2023 e, após o primeiro termo aditivo, foi prorrogada por mais dez meses, com nova cobertura orçamentária de R\$ 1.143.654,06. Os gestores da Assembleia acompanham regularmente a execução contratual para garantir a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais da empresa contratada.

2.4.5.2 Serviços de Limpeza e Assepsia Predial

A manutenção da higiene e salubridade dos prédios da Assembleia Legislativa é realizada por meio do contrato nº 011/ALE/2022, firmado com a empresa Combate Ltda - EPP, resultante do Pregão Eletrônico nº 031/2021/ALE/RO. A prestação dos serviços abrange a

disponibilização de mão de obra qualificada, além do fornecimento de materiais e equipamentos necessários. O contrato, inicialmente firmado com vigência de 12 meses, já foi prorrogado em duas ocasiões, permanecendo vigente até junho de 2025.

O segundo termo aditivo ao contrato de limpeza, celebrado em junho de 2024, estabeleceu a prorrogação do contrato por mais 12 meses e suprimiu os serviços de sanitização das dependências da Assembleia e da Escola do Legislativo. O valor da contratação para o período de junho a dezembro de 2024 foi ajustado para R\$ 2.328.975,19. Além disso, foi prevista a possibilidade de rescisão antecipada caso um novo contrato seja firmado por meio de licitação. O acompanhamento da execução contratual é realizado por servidores designados, que verificam a regularidade fiscal e trabalhista da contratada e garantem a correta aplicação dos recursos públicos.

2.4.5.3 Serviços de Apoio Administrativo e Copa/Cozinha

O apoio administrativo e operacional é executado pela empresa Adservi - Administradora de Serviços Ltda., contratada por meio do Pregão Eletrônico nº 009/2020/ALE/RO. O contrato nº 015/ALE/2020 engloba atividades como controle de portaria, recepção e serviços de copa/cozinha. A equipe terceirizada conta com 56 profissionais distribuídos entre agentes de portaria, copeiras, garçons e recepcionistas. A vigência inicial do contrato foi estabelecida por 12 meses, com possibilidade de prorrogação por até 60 meses, conforme previsto na legislação vigente. Em julho de 2024, foi firmado o sexto termo aditivo, garantindo a continuidade dos serviços por mais um ano. O valor destinado para a cobertura orçamentária do período entre julho de 2024 e julho de 2025 foi fixado em R\$ 1.923.642,65.

2.4.5.4 Gestão e Monitoramento dos Contratos Terceirizados

A ALE mantém mecanismos rigorosos de fiscalização e controle dos contratos terceirizados, garantindo que os serviços contratados sejam executados de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente. Para cada contrato, são designados gestores responsáveis pelo acompanhamento contínuo da execução, assegurando que as obrigações pactuadas sejam integralmente cumpridas.

O monitoramento inclui a verificação periódica da regularidade fiscal e trabalhista das empresas contratadas, garantindo que todos os encargos sociais e previdenciários sejam devidamente recolhidos. Além disso, indicadores de desempenho são analisados para identificar eventuais necessidades de ajustes, assegurando que os serviços prestados atendam aos padrões de qualidade exigidos pela administração pública.

2.4.6 Custo com Pessoal e Gestão Orçamentária

A gestão orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALERO) busca garantir o equilíbrio entre a valorização dos servidores e a eficiência na alocação de recursos públicos, assegurando a sustentabilidade financeira da instituição e o cumprimento das diretrizes legais e institucionais.

No exercício de 2024, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 307.899.291,50, distribuídas da seguinte forma:

- Salários e encargos sociais: R\$ 233.746.679,80
- Benefícios: R\$ 61.504.695,14
- Despesas com terceirização: R\$ 12.647.916,60

A economicidade das contratações é um fator prioritário na gestão dos contratos terceirizados. A cada prorrogação contratual, a vantajosidade é analisada com base na necessidade dos serviços, nos custos envolvidos e na qualidade da prestação. Essa avaliação permite a otimização dos recursos públicos e a manutenção da eficiência operacional.

No exercício de 2024, as despesas empenhadas com terceirização foram distribuídas entre os seguintes serviços:

- Vigilância e segurança patrimonial: R\$ 2.018.733,17
- Limpeza e assepsia predial: R\$ 6.626.227,63
- Apoio administrativo e serviços de copa e cozinha: R\$ 4.002.955,80

O acompanhamento desses contratos garantiu a continuidade das atividades legislativas, assegurando a adequada manutenção das instalações, a proteção patrimonial e o suporte administrativo necessário ao funcionamento do Parlamento.

Dessa forma, as despesas com terceirização totalizaram R\$ 12.647.916,60, representando 4,28% do orçamento total de pessoal, evidenciando o compromisso da ALERO com a responsabilidade fiscal e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

3 Conclusão

Ao longo do presente relatório, ficou evidente o comprometimento da Assembleia Legislativa de Rondônia em cumprir com suas missões constitucionais e suas diretrizes estratégicas, que visam promover a democracia, assegurar a representação popular e legislar em prol do bem-estar da sociedade. Através de uma atuação proativa e transparente, a ALERO tem se dedicado a debater e aprovar leis que atendem às necessidades da população, além de fiscalizar a execução dos atos do Executivo, garantindo a responsabilidade e a prestação de contas.

Os esforços realizados em audiências públicas, consultas populares e a utilização de ferramentas tecnológicas para facilitar a participação cidadã demonstram um avanço significativo na aproximação entre a instituição e a sociedade. Além disso, a ALERO tem investido em capacitação e formação continuada de seus membros e servidores, visando aprimorar a qualidade do trabalho legislativo.

Em suma, a ALERO reafirma seu papel como guardião dos direitos e interesses da população, comprometendo-se a continuar sua trajetória de inovação, transparência e responsabilidade, sempre em busca de melhores resultados para a comunidade que representa. Acreditamos que, com a continuidade desse esforço, será possível construir um futuro mais justo e igualitário para todos.

Alex Redano

**Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia
Biênio 2025/2026**